

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA - CAEN

EFICIÊNCIA DOS AGRICULTORES FAMILIARES BENEFICIADOS COM CRÉDITOS
DO PROGRAMA DE REFORMA AGRÁRIA E DO PRONAF PARA ASSENTAMENTOS:
ANÁLISE COMPARATIVA EM UM ESTUDO DE CASO.

JOSÉ LUÍS DE SOUSA JÚNIOR

FORTALEZA-CEARÁ
2007

JOSÉ LUÍS DE SOUSA JÚNIOR

EFICIÊNCIA DOS AGRICULTORES FAMILIARES BENEFICIADOS COM CRÉDITOS
DO PROGRAMA DE REFORMA AGRÁRIA E DO PRONAF PARA ASSENTAMENTOS:
ANÁLISE COMPARATIVA EM UM ESTUDO DE CASO.

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Economia. No Mestrado Profissional em Economia - MPE no Curso de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal do Ceará – UFC/CAEN.

Orientador: Prof. Dr. Ronaldo de Albuquerque e Arraes

FORTALEZA-CEARÁ
2007

JOSÉ LUÍS DE SOUSA JÚNIOR

EFICIÊNCIA DOS AGRICULTORES FAMILIARES BENEFICIADOS COM CRÉDITOS
DO PROGRAMA DE REFORMA AGRÁRIA E DO PRONAF PARA ASSENTAMENTOS:
ANÁLISE COMPARATIVA EM UM ESTUDO DE CASO.

Dissertação apresentada como requisito parcial
para a obtenção do título de Mestre em
Economia. No Mestrado Profissional em
Economia - MPE no Curso de Pós-Graduação
em Economia da Universidade Federal do
Ceará – UFC/CAEN.

Aprovada em: ____ de ____ de 2007

BANCA EXAMINADORA

Pror. Dr. Ronaldo de Albuquerque Arraes
Orientador

Prof. Dr. Emerson Lemos Marinho
Membro da Banca Examinadora

Prof. Dr. Paulo de Melo Jorge Neto
Membro da Banca Examinadora

Uma batalha se foi, mas a guerra em busca de nossos ideais não chegou ao fim, contudo, as lições aprendidas serão guardadas e os amigos colhidos serão lembrados.

Sei que esta conquista foi uma dádiva de Deus e uma vitória daqueles que sempre estiveram ao meu lado e que depositaram em mim a sua confiança. Por isso agradecer a Deus é pouco, e aos meus pais não tenho palavras, mas gratidão maior não há do que retribuir com amor o que eu não poderia dizer com palavras.

Dedico a Deus e aqueles que contribuíram direta e indiretamente para mais esta conquista.

AGRADECIMENTOS

Agradeço em especial, ao Prof. Dr. Ronaldo Albuquerque e Arraes, coordenador e orientador, pela atenção e contribuição com seus valiosos ensinamentos transmitidos, e por estar sempre disposto a ajudar a todos a sua volta.

Agradeço de maneira especial aos meus colegas de mestrado Ângela Estrela de Sampaio e Paulino Fortes Carvalho, pelos momentos de descontração e esforço conjunto vividos durante este curso.

Gostaria de agradecer aos funcionários do CAEN/UFC, na pessoa da secretária Silvana Teixeira, por estar sempre disposta à atender a todos com presteza.

Agradeço aos professores Emerson Lemos Marinho e Paulo de Melo Jorge Neto, membros da banca examinadora, por suas críticas e sugestões.

Agradeço também, a todos os professores do CAEN/UFC, que conduziram este curso de Mestrado Profissional em Economia, com maestria, ética e dedicação, principalmente àqueles que fizeram do magistério um ideal, mesclando a arte de ensinar com o dom de convivência, tornando-se nossos amigos e transmitindo suas experiências. Nosso perdão àqueles que se limitaram a serem apenas professores.

Por fim, agradeço ainda, ao IPEPLAN, dirigindo-me a Professora Rosana Tribuzzi, ao Chico Napoleão e Sílvia, pelo bom convívio durante as aulas ministradas em Parnaíba e por estarem sempre dispostos a cooperar e ajudar.

“Cada família camponesa é quase auto-suficiente; ela produz inteiramente a maior parte do que consome, adquirindo assim os meios de subsistência mais através de troca com a natureza do que do intercâmbio com a sociedade. Uma pequena propriedade, um camponês e sua família; ao lado outra pequena propriedade, outro camponês e outra família.”

Karl Marx

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo geral, verificar impacto dos Créditos de Instalação do Programa Nacional de Reforma Agrária e dos PRONAF-A (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – grupo A) sobre a renda domiciliar dos trabalhadores rurais do Assentamento Santa Rita no município de Altos – Piauí. Para tanto, fez-se uma discussão sobre pobreza rural, agricultura familiar no Brasil e considerações sobre linhas de crédito do PRONAF, discutindo-se, também, sobre os assentamentos de reforma agrária no Brasil. Em seguida, elaborou-se uma análise geral das características do Assentamento Santa Rita e fez-se uma análise estatística, desenvolvendo-se testes de hipóteses, para verificar o impacto dos referidos créditos dos Programas em Santa Rita, considerando as variáveis renda média domiciliar (principalmente), os anos de estudo do chefe da família para os anos de 2001 e 2005. Além disso, foi feita a comparação das médias amostrais de cada variável acima citada, considerando as amostras de dados de Santa Rita, PNAD e PRONAF-A para cada ano de referência. A base de dados para a análise foi coletada no INCRA/PI (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária do Piauí), CEPAC (Centro Piauiense de Ação Cultural) e PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) do IBGE. Os resultados mostram que em Santa Rita os agricultores familiares que tiveram apoio de créditos dos Programas referenciados, ao nível de 5% de significância estatística, sua renda média domiciliar mensal cresceu de 2001 para 2005.

Palavras-chave: Assentamento Santa Rita (Piauí), Reforma Agrária, Recursos Públicos.

ABSTRACT

The present work has as general objective, to verify the impact of the Credits of Installation of the National Program of Agrarian Reform and of the PRONAF-A (Programs National of Invigoration of the Family Agriculture - A group) on the rural workers' of the Assentamento Santa Rita income mainly in the municipal district of High - Piauí. For so much, it was made a discussion on rural poverty, family agriculture in Brazil and considerations on lines of credit of PRONAF, being discussed, also, on the establishments of agrarian reform in Brazil. Soon after, a general analysis of the characteristics of the Assentamento Santa Rita was elaborated and it was made a statistical analysis, growing tests of hypotheses, to verify the impact of the referred credits of the Programs in Santa Rita, considering the variables income medium mainly, the cultivated area, the years of study of the boss of the family and of the number of members of the family, for the years of 2001 and 2005. Besides, it was made the comparison of the averages amostrais of each variable above mentioned, considering the samples of data of Santa Rita, PNAD and PRONAF-HER for every year of reference. The base of data for the analysis it was collected in INCRA/PI (National Institute of Colonization and it Reforms Agrarian of Piauí), CEPAC (Center Piauiense of Cultural Action) of PNAD (Researches National for Sample of Homes) of IBGE. The results show that in Santa Rita families that had support of credits of the Programs referency reside, tends, at the level of 5% of statistical significancy, the income medium monthly domiciliar grew from 2001 to 2005.

Key words: Settlements Santa Rita (Piauí), Reforms Agrarian, Public Resources.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Modalidades de créditos do Programa de Crédito Instalação - 2007. -----	54
Quadro 2 - Estrutura física do Assentamento -----	57
Quadro 3 - valor da desapropriação -----	58
Quadro 4 - Recursos públicos investidos no Assentamento Santa Rita até 2005 -----	64

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Estatísticas de Teste-----	70
Tabela 2 - Estatísticas de Teste e Valores Críticos para Comparação entre Médias de diferentes bases de Dados -----	71

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO -----	14
2 POBREZA RURAL E AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL -----	14
2.1 <i>POBREZA RURAL NO BRASIL</i> -----	14
2.1.1 Duas visões dos problemas atuais-----	16
2.1.2 Comparação com o microcrédito -----	17
2.2 <i>AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL</i> -----	25
2.2.1 PRONAF - As mudanças institucionais no Governo Lula -----	30
2.2.2 As modalidades de crédito do PRONAF -----	33
2.2.3 Modalidades especiais de crédito -----	35
3 ASSENTAMENTOS RURAIS NO BRASIL -----	40
3.1 <i>Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA): implantação de assentamento</i> -----	48
3.2 <i>ASSENTAMENTO SANTA RITA</i> -----	54
3.2.1 Origem e aspectos geográficos -----	54
3.2.2 Gastos com a Desapropriação do Imóvel -----	57
3.2.3 Organização social-----	58
3.2.4 Relações de comércio no Assentamento Santa Rita -----	59
3.2.5 Renda das famílias do Assentamento Santa Rita -----	60
3.2.6 Mão-de-obra e relações de trabalho -----	61
3.2.7 Uso atual da terra pelos assentados -----	61
3.2.8 Perfil das famílias assentadas-----	63
3.2.9 Acesso ao Crédito-----	63
4 METODOLOGIA -----	66
5 ANÁLISE DOS RESULTADOS -----	70
5.1 <i>IMPACTO DOS CRÉDITOS DOS PROGRAMAS EM SANTA RITA - TESTES</i> <i>ESTATÍSTICOS</i> -----	71
6 CONCLUSÃO-----	73
REFERÊNCIAS -----	78
APÊNDICES-----	82
ANEXOS -----	89

1 INTRODUÇÃO

A incidência da pobreza rural é particularmente elevada no Brasil. Aproximadamente 21% da população total vive em áreas rurais e o país tem a maior população rural pobre do hemisfério ocidental. Quase 80% dos habitantes rurais, cerca de 30 milhões de pessoas, vivem em condições de pobreza. Suas comunidades subsistem em condições difíceis e ambientes degradados. Em muitos aspectos, são mais desfavorecidos do que os pobres que vivem nas áreas urbanas. As instalações de educação e saúde estão mais disponíveis para as populações urbanas do que para os habitantes rurais; os sistemas de água e saneamento geralmente são inadequados nas áreas rurais. Dispondo de acesso muito limitado à tecnologia e infra-estrutura deficiente, as comunidades pobres lutam para suplementar a renda agrícola com trabalho assalariado e pequenas atividades como artesanato (FIDO, 2004).

No Brasil, os grupos mais pobres e mais vulneráveis entre os pobres rurais são as mulheres, jovens e minorias étnicas como os afrodescendentes. As famílias chefiadas por mulheres representam 27% dos pobres rurais. Quando seus maridos emigram para outras partes do país em busca de trabalho sazonal, as mulheres ficam com a responsabilidade de cuidar da lavoura e da família. O trabalho infantil ainda é comum entre as famílias pobres no Brasil. Nas zonas de pobreza, especialmente no Nordeste, quase 40% de todas as crianças de 10 a 14 anos trabalham para complementar a renda familiar (FIDO, 2004).

O Nordeste é a região mais pobre e menos desenvolvida do Brasil. Abriga a maior concentração de pobreza rural na América Latina. Os agricultores sem terra e os pequenos proprietários na zona semi-árida são criticamente afetados pela pobreza rural. Nessa região, condições climáticas adversas e acesso limitado aos serviços públicos provocaram a migração de um grande número de pessoas para áreas urbanas, principalmente para as grandes cidades no sudeste do Brasil.

Uma das principais causas da pobreza no Brasil é a extrema desigualdade da posse da terra, especialmente no Nordeste e nas regiões centrais do país. Há muita terra concentrada em grandes propriedades e pouca terra em pequenos imóveis, gerando desigualdades na distribuição da terra. A maior parte dos 4 milhões de propriedades agrícolas no Brasil é muito pequena, em sua maioria dedicadas à produção de subsistência. Um enorme número de pequenos agricultores e sem-terra mal conseguem sobreviver trabalhando como diaristas agrícolas.

Nas últimas décadas, a mecanização agrícola, mudança tecnológica e diversificação da produção contribuíram para a perda de empregos rurais e provocaram migração. A falta de acesso à educação formal e capacitação é outra causa importante da pobreza rural. Os pobres rurais têm acesso limitado à infra-estrutura básica e social, bem como a tecnologias apropriadas e mercados; como resultado, carecem de oportunidades para aproveitar a produção agrícola ou outras atividades geradoras de renda. A pobreza também está estreitamente relacionada com as difíceis condições climáticas e base de recursos naturais limitada. As pessoas que vivem nas regiões semi-áridas com solos ruins são as mais pobres do país.

Desde os anos 1990, o Brasil tem progredido na redução da desigualdade social e econômica no país. O governo executou políticas e programas para disponibilizar a terra aos pobres sem terra e mudar a estrutura da economia agrária. Nos últimos anos, o governo vem investimento no combate a pobreza e a fome e, assumindo compromisso para acabar com a fome, melhorar a educação e criar empregos, enquanto reforça a estabilidade econômica e promove o crescimento sustentável.

O governo esboçou um conjunto de políticas para promover a integração social, acabar com a exclusão de grupos marginais urbanos e rurais e reduzir significativamente a pobreza. Tanto o governo federal como os governos estaduais estão implementando políticas de investimento social e redução de pobreza. As medidas que estão sendo aplicadas no setor dos pequenos agricultores procuram: a) promover o acesso à terra através da continuação da reforma agrária; b) assegurar a segurança alimentar, geração de renda e emprego e redução da dependência econômica externa; c) desenvolver as zonas semi-áridas; d) investir em infra-estrutura social, especialmente na eletrificação rural entre outras.

Porém, para que estas medidas sejam eficazes é preciso que seus objetivos estejam realmente sendo atingidos, pois o Programa Nacional de Reforma Agrária – (PNRA) e Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), em tese, são importantíssimos para redução da pobreza, mas será que na prática isso vem ocorrendo?

O presente trabalho tem como objetivo geral, verificar o impacto dos Créditos de Instalação do Programa Nacional de Reforma Agrária e dos PRONAF-A (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – grupo A) sobre a renda domiciliar dos trabalhadores rurais do Assentamento Santa Rita no município de Altos – Piauí.

Especificamente, os objetivos foram: elaborar a caracterização do assentamento Santa Rita; verificar se a renda domiciliar mensal (substancialmente) do chefe de domicílio melhorou entre os anos de 2001 e 2005; analisar, principalmente, as médias da variável renda domiciliar mensal, em cada ano de observação, entre as bases de dados de Santa Rita, PRONAF-A e PNAD.

A metodologia consistiu em uma análise estatística, desenvolvendo-se testes de hipóteses, para verificar o impacto dos referidos créditos dos Programas em Santa Rita, considerando as variáveis renda média domiciliar (principalmente), a área cultivada, os anos de estudo do chefe da família e do número de membros da família, para os anos de 2001 e 2005. Além disso, foi feita a comparação das médias amostrais de cada variável acima citada, considerando as amostras de dados de Santa Rita, PNAD e PRONAF-A para cada ano de referência. A base de dados para a análise foi coletada no INCRA/PI (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária do Piauí), CEPAC (Centro Piauiense de Ação Cultural) e PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) do IBGE.

O trabalho dividiu-se em seis capítulos. O primeiro trata da introdução. No segundo faz-se uma abordagem sobre pobreza rural, agricultura familiar no Brasil e PRONAF. O capítulo terceiro faz uma explanação sobre assentamentos de reforma agrária no Brasil e uma análise geral das características do Assentamento Santa Rita. No quarto discute-se a metodologia; no quinto são apresentados os resultados e no sexto a conclusão.

2 POBREZA RURAL E AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL

2.1 POBREZA RURAL NO BRASIL

Segundo Abramovay (2004), a distribuição de ativos para populações vivendo em situação de pobreza é a mais importante premissa para sua emancipação social. O pensamento econômico reúne imensa quantidade de trabalhos mostrando que a capacidade de o crescimento econômico reduzir a pobreza é tanto menor quanto maior a desigualdade das sociedades em que ele ocorre. Por maior que seja a criação de oportunidades de trabalho decorrentes do crescimento econômico, a qualidade destas novas ocupações depende fundamentalmente do que chama de capacidades, de um conjunto de atributos materiais e imateriais que determinam a natureza e o leque de possibilidades da inserção dos indivíduos e dos grupos sociais.

Trabalho recente do Banco Mundial ilustra bem esta idéia: “as oportunidades estão altamente correlacionadas ao conjunto de ativos com os quais as pessoas podem contar e também ao conjunto de mercados aos quais podem ter acesso e às instituições que as cercam”. A grande desigualdade - que não é apenas de renda, mas, fundamentalmente de poder e de oportunidades - traz três conseqüências altamente preocupantes. Em primeiro lugar, prejudica a própria coesão do tecido social. Além disso, para um determinado nível de renda, países mais desiguais têm maior pobreza. Pior: “para uma determinada taxa de crescimento na renda média a maior desigualdade implica em menor taxa de redução da pobreza” (Barros *et al.*, 2000). Em terceiro lugar, é muito provável que a alta desigualdade comprometa o próprio crescimento econômico. Isso se traduz, antes de tudo, na baixa qualidade da educação que os mais pobres recebem, mas também no fato de não possuírem os ativos necessários — entre eles, o crédito e a base patrimonial para garantir seu acesso ao crédito — para participar ativamente da produção da riqueza social.

O México, na década passada, cresceu quase o dobro do Brasil, atraiu capital internacional, teve políticas macroeconômicas de estabilização, mas, constata o estudo do Banco Mundial, assistiu ao aumento da desigualdade regional e da pobreza¹.

¹É interessante observar que a OECD (2003) faz um diagnóstico bastante semelhante ao do estudo do Banco Mundial sobre o México: “Durante os anos 1990, o México registrou desempenho impressionante no crescimento de suas exportações e na atração de investimentos estrangeiros... Entretanto, com relação à renda investimentos, estrangeiros diretos, de fato, aumentou a produtividade dos trabalhadores que já eram

Talvez a maior preocupação do processo de desenvolvimento atual esteja em juntar os dois termos que, convencionalmente, a economia coloca como antagônicos: equidade e eficiência. A preocupação estrita com eficiência – crescimento econômico – pode conduzir ao agravamento da desigualdade. A preocupação estrita com equidade pode conduzir ao aumento sem limite de gastos públicos e, pior, ao clientelismo, à dependência e à atrofia das capacidades dos indivíduos e das famílias. Reunir estes dois termos é o maior desafio do processo atual de desenvolvimento.

A distribuição de terras é um importante meio de combate à pobreza. Ela se pauta por um imperativo de justiça, mas se apóia num postulado econômico decisivo: unidades produtivas ao alcance das capacidades de trabalho de uma família podem afirmar-se economicamente e ser, portanto, um fator de geração sustentável de renda.

É claro que para isso são necessárias condições de acesso a mercados dinâmicos, a crédito, a informações, a educação e a tecnologias. Mas o importante está numa particularidade da agricultura, em que a combinação de diversas atividades, o uso intensivo e flexível da mão-de-obra faz das unidades familiares de produção um segmento potencialmente competitivo e que muitas vezes tem uma capacidade de resistência a situações adversas até superior à das unidades patronais.

Não existe uma avaliação global dos resultados dos processos de assentamento no Brasil. Alguns trabalhos recentes mostram resultados fundamentalmente positivos: A pesquisa dirigida por Medeiros e Leite (2004) em seis Estados brasileiros indica que a grande maioria dos assentamentos tinha renda superior à linha de pobreza. Mais que isso: a renda obtida no lote correspondia a 81,77% da renda familiar total no caso de Mato Grosso, 64,62% no Rio de Janeiro e 79,52 no Rio Grande do Sul, 79,74% em Sergipe e 85,73% em São Paulo. Em outras palavras, os assentamentos não são simples locais de moradia e servem, de fato, a finalidades produtivas. Os indicadores de condição de vida também se revelam positivos (Medeiros e Leite, 2004). Medeiros e Leite destacam ainda os efeitos multiplicadores dos assentamentos nas economias e nas sociedades locais. Martins (2003) mostra a importância dos assentamentos na própria recomposição das unidades familiares.

qualificados. Mas “o crescimento baseado nas exportações não pode ser a única maneira de se chegar ao desenvolvimento equitativo, pois favorece grupos que estão nos estratos alto e médio da distribuição da renda” (OECD, 2003:35). O mesmo raciocínio é aplicado para a questão regional: “todas as oportunidades criadas pelo NAFTA relacionam-se às maquiladoras” (OECD, 2003:36).

O trabalho de Sparovek (2003), por sua vez, fornece indicações consistentes de que o abandono dos lotes é bem menor do que se pensa habitualmente. Mas a verdade é que nenhum destes importantes estudos faz um balanço abrangente da relação entre os custos dos assentamentos e seus benefícios tanto para os assentados como para a sociedade. Que os assentados estejam em situação melhor do que antes de receberem a terra é um indicador positivo do potencial da política. Mas o fato de não haver comparação sistemática entre benefícios e custos compromete fortemente a sua própria continuidade e faz com que os administradores públicos perguntem-se permanentemente se os gastos com o programa são compensadores, sob o ângulo do bem-estar social. As avaliações não levam em conta a dotação de crédito recebida pelos assentados quando de sua instalação, nem o fato de que, na esmagadora maioria dos casos, a inadimplência é extremamente elevada.

É dificilmente contestável o fato de que imensa parcela dos agricultores que receberam terra, encontra-se em condições muito difíceis, que comprometem seriamente sua capacidade de organização de uma vida econômica, social e cultural estável. Procuramos as razões institucionais que estão levando uma política potencialmente positiva a impasses dos quais não poderá sair sem um novo contrato entre todos seus protagonistas (Graziano, 2004).

2.1.1 Duas visões dos problemas atuais

Os problemas enfrentados pelos assentamentos podem ser encarados, conceitualmente, sob dois ângulos. Alguns autores consideram que ele resulta da opção por um caminho equivocado de redistribuição da renda (Graziano, 2004): por esta posição, de nada adianta atribuir terra a populações pobres, pois estas não têm como entrar na corrida competitiva que caracteriza a agricultura contemporânea. É, em geral, a posição das organizações patronais de representação agrícola. O melhor, sob este ponto de vista, é que esta população receba educação e que os recursos a serem investidos nos assentamentos consagrem-se a obras públicas e, por aí, à geração de emprego nas regiões interioranas². O principal argumento contra este ponto de vista está no próprio peso social e econômico do regime familiar de produção na agricultura, em todo o mundo.

Se as unidades baseadas no trabalho familiar fossem pouco competitivas, sua importância social e econômica seria hoje irrisória. Não é o caso, pois nos países

² A tese de doutorado de Márcio Henrique Castro (1992) defende explicitamente este ponto de vista. Para uma discussão a respeito, ver Abramovay e Carvalho, 1994

desenvolvidos, a agricultura familiar responde por parcela muito significativa do produto (Abramovay, 1992/1998).

Entre nós, a tradição latifundiária, a concentração da renda e da terra não impede que, da agricultura familiar, provenha cerca de um terço do valor da produção agropecuária. Nos Estados do Sul, de melhor distribuição fundiária (e de melhor desempenho tecnológico) esta proporção é ainda superior (Guanziroli *et al.*, 2001).

Se, em princípio, unidades familiares de produção podem ser economicamente viáveis, de onde vêm os atuais problemas enfrentados pelos assentamentos que se instalaram no Brasil nos últimos anos? Por que a política de assentamentos apresenta resultados tão problemáticos?

O segundo ângulo sob o qual podem ser encarados os problemas dos assentamentos, é de natureza político-institucional: eles se originam na maneira como os atores envolvidos no processo concebem e executam as condições em que são ou deveriam ser atribuídos recursos às populações beneficiárias. As instituições desta área, como as normas, valores, expectativas, modelos mentais e, sobretudo, as configurações de interesses e relações, acabaram adquirindo um certo formato organizacional que joga sistematicamente os governos e os movimentos em impasses dos quais não têm como sair e cujo resultado social é profundamente destrutivo. São dinâmicas que polarizam os atores em torno de posições antagônicas e que não conduzem a resultados capazes de representar um caminho consistente na luta contra a pobreza.

O que está em questão não é a capacidade de a transferência de ativos, e antes de tudo da terra, para os pobres rurais constituir-se em base para sua emancipação social, mas o ambiente institucional que rege esta transferência, pois este não tem conduzido ao uso eficiente nem dos recursos públicos nem daqueles que se encontram em mãos dos próprios beneficiários. Entender a razão disso e discuti-la abertamente com a sociedade é a condição para que a própria causa da reforma agrária continue representando um caminho estratégico na luta pelo desenvolvimento rural no Brasil.

2.1.2 Comparação com o microcrédito

Para Abramovay (2004), um paralelo talvez permita organizar os critérios que devem pautar esta discussão. As melhores organizações de microcrédito urbano orgulham-se não

apenas por fazer chegar os recursos de que dispõem aos mais pobres, mas, sobretudo, que estes recursos sejam devolvidos e que eles sirvam, de fato, para reduzir a pobreza.

A própria devolução dos recursos é um forte indicador de que foram usados produtivamente. As pesquisas sobre o tema corroboram fortemente esta suposição.⁽³⁾ Além disso, existem agentes de crédito, pagos em grande parte pelos altos juros cobrados dos beneficiários, que exercem o papel de verdadeiros extensionistas e auxiliam na viabilidade dos negócios. Estas organizações constroem-se com base numa espécie de cadeia de responsabilidades, pois o tomador do empréstimo sabe que o não pagamento terá conseqüências não só quanto a sua imagem na comunidade em que vive, mas junto à agência que lhe emprestou o dinheiro.

O agente de crédito também tem seu desempenho capacidade de emprestar, de receber e de acompanhar o que fazem as famílias, monitorado de perto. E a organização como um todo faz esforços para reduzir seus custos, para aumentar sua eficiência e para que seus ganhos de produtividade (quantidade de tomadores por agente de crédito) revertam em benefício dos tomadores.

O atendimento a uma necessidade social, o crédito para quem não consegue chegar ao sistema bancário, é feito em condições que procuram respeitar as exigências da racionalidade econômica. E este respeito, longe de acentuar a desigualdade e a exclusão, ao contrário, induz cada família a um comportamento que a leva a utilizar melhor os recursos que lhe são atribuídos (Abramovay, 2004).

O trabalho é dirigido a um grupo social, mas a atividade econômica é de núcleos familiares individuais. Estes núcleos estão coordenados entre si sob diferentes formas (compras e vendas conjuntas, troca de informações e de clientes, aval solidário), mas a responsabilidade individual de cada família é decisiva. O acesso ao ativo envolve um risco empresarial e um conjunto de incentivos para que o enfrentamento deste risco não seja apenas um compromisso moral, pois o não cumprimento do contrato traz sanções, ainda que as famílias sejam pobres.

Segundo Abramovay (2004), é exatamente pela junção entre o compromisso de instâncias públicas em responder às necessidades de crédito das famílias e a interiorização por parte dos beneficiários da idéia de que seu não pagamento será punido, ou seja, na unidade

entre solidariedade (expressa não só pela presença do Estado, mas pelas organizações locais) e racionalidade econômica (expressa na exigência de pagamento do empréstimo e de sustentabilidade das organizações) que se encontra a chave para o sucesso destes empreendimentos: não basta oferecer bens e serviços aos mais pobres.

O fundamental é que esta oferta seja acompanhada de um conjunto de mecanismos de incentivos, de regras interiorizadas pelos atores, que permitam sua boa utilização.

Para Abramovay (2004), as inúmeras diferenças entre microcrédito e assentamentos³ não devem escamotear um elemento decisivo comum, em ambos os casos, trata-se de atribuir ativos a populações pobres para que os transformem em fontes de reorganização de suas vidas e melhorem o padrão de sua inserção social.

O processo brasileiro de assentamentos nunca se apoiou numa cultura de avaliação. Contrariamente ao que ocorre no microcrédito urbano, suas instituições não contemplam e não valorizam as responsabilidades dos indivíduos em toda sua cadeia de realizações, do acampado, ao INCRA. Ele está pautado por uma exigência justa, mas que contém perigosa armadilha, pois é necessário atribuir um conjunto de fatores aos que estão em situação de pobreza para que possam melhorar sua situação social. Mas este processo não sinaliza aos atores que os recursos para esta atribuição são escassos⁴ e, sobretudo, que ela deve apoiar-se em contrapartidas, compromissos e responsabilidades.

Para Neder (2005), a noção de que as terras obtidas são um adiantamento que a Nação faz às famílias para que possam valorizar seu trabalho e assim melhor utilizar os recursos (o que exige que, ao longo do tempo, retribuam o que receberam, pagando pelas terras, ainda que durante décadas). Esta noção está completamente ausente das instituições (das normas, valores, expectativas, modelos mentais, configurações de interesses) voltadas ao assentamento. A experiência recente do crédito fundiário mostra que as situações em que as

³ A mais importante envolve as particularidades da produção agrícola: não só por seu ciclo longo, mas também pelos riscos que envolve, nunca poderia ser levada adiante com base nas taxas de juros que tomadores de microcrédito urbano conseguem pagar.

⁴ Esta escassez, no caso brasileiro, é acentuada pelo fato de que as terras atribuídas aos assentados resultarem de “desapropriação por interesse social”, cujo pagamento aos proprietários é feito, por determinação Constitucional, com base em seu valor de mercado. O proprietário recebe um ativo de alta liquidez (os Títulos de Dívida Agrária) e, além disso, suas benfeitorias (casas, máquinas) são pagas à vista. Em outras palavras, as terras transferidas aos assentados têm um custo para a sociedade que não pode deixar de ser levado em conta na própria avaliação da política (Abramovay, 2004).

famílias sabem, desde o início, que deverão pagar pela terra que receberam produziram incentivos interessantes para melhorar suas capacidades produtivas e seu desempenho.

A única avaliação a que parece submeter-se o processo de assentamentos, segundo Abramovay (2004) é a mais destrutiva e se traduz na guerra de números da qual o Governo Lula não conseguiu escapar.

Tudo se passa como se o sucesso do sistema dependesse da quantidade de trabalhadores assentados e não da qualidade dos assentamentos realizados. Por aí se produz uma dinâmica perversa, pois os movimentos sociais estimulam acampamentos e acenam, evidentemente, aos acampados o horizonte de que o resultado de seus sacrifícios será compensado pela obtenção da terra. Caso este horizonte não se cumpra, são as bases sociais dos movimentos que se enfraquecem pela decepção da expectativa.

Para Abramovay (2004), o acampamento hoje é vivido por seus participantes com base no cálculo do custo de oportunidade de viver sob a lona em contraposição a ganhos minguados na condição de diarista. Viver sob a lona é compensador pelo horizonte de obter terra. Esta dinâmica impede que o processo de seleção das famílias responda a critérios de qualidade, contudo, ela se apóia na certeza de que a terra não terá que ser paga e portanto, induz a que seja vivida pelos beneficiários antes de tudo como patrimônio e não como base produtiva. Isso provavelmente explica o alto nível de evasão nos assentamentos.

Sparovek (2003), mesmo que não tenha encontrado grande quantidade de lotes vazios, seu estudo não indica que são os trabalhadores inicialmente assentados que se encontram hoje na terra. Existem poucos trabalhos sobre o assunto, mas há fortes indícios de que o movimento de compra e venda de lotes em assentamentos é vigoroso⁵, o que torna grave esta mudança nos titulares é que o lote inicialmente atribuído não foi pago pelo agricultor, mas isso não impediu que ele tivesse sido vendido a alguém com melhores condições de explorá-lo. E, muitas vezes, aquele que está agora assentado comprou o lote, embora os recursos desta aquisição tenham-se dirigido a mãos privadas e não para reembolsar os custos da política pública.

⁵ Lopes (2000) mostra, em Sergipe, situação em que assentados de perímetros irrigados vendem seus lotes a agricultores melhor preparados para explorá-los.

É claro que os movimentos sociais desejam que a terra seja um elemento produtivo e se esforçam ao máximo para isso. Não há dúvida também de que são muitos os assentamentos que conseguem uma significativa inserção local. Mas o processo atual não contém mecanismos de incentivo que condicionem a atribuição das terras às possibilidades de que os resultados dos assentamentos sejam, presumivelmente, positivos. Muitas vezes o são. Mas não há uma cadeia de responsabilidades pela qual se possa entender as razões de tantos casos mal sucedidos. O diagnóstico costuma ser sempre o mesmo, o insucesso se deve ao fato de o Governo não ter feito o que lhe competia⁶. É um diagnóstico equivocado e que conduz a uma forma de ação suicida para todas as partes.

A lógica não pode ser a de assentar e pressionar para que o governo faça o que, em tese, lhe compete. Uma lógica construtiva deveria nortear-se por uma nova contratualização do processo como um todo, o assentamento é realizado sobre a base contratual de que sua implantação e seus resultados serão avaliados e que os produtos desta avaliação terão conseqüências para os atores. Não se pode subestimar a importância dos movimentos e das organizações nesta luta estratégica. Mas hoje, os beneficiários (as famílias) não têm qualquer responsabilidade, pois os movimentos são mais do que representantes organizados das famílias. Eles são os protagonistas de um contrato do qual as famílias estão virtualmente ausentes. Este formato é uma permanente fonte de conflitos e inibe as capacidades e responsabilidades das próprias famílias. Isto é, impede que a sociedade possa saber se o uso dos recursos para assentar foi o melhor meio de consagrar seus esforços na luta contra a pobreza. Até hoje, não existem formas rigorosas de se comparar os custos e os benefícios dos assentamentos.

O sistema não está pautado pela expectativa de que haverá avaliação. Ele está pautado pela exigência de atender às reivindicações de populações vivendo em situação de pobreza, representadas por movimentos sociais. Não se trata de exigir que os assentamentos não recebam subsídios públicos, mas trata-se de expor à sociedade, permanentemente, como parte do próprio processo, o montante dos subsídios destinados a esta finalidade e permitir que a sociedade julgue sua pertinência diante dos resultados obtidos, igualmente divulgados de forma límpida.

⁶ É o que explica, na tese de Lopes (2000), o alto grau de evasão por ele constatado.

Para Veiga (2000), a pobreza é proporcionalmente maior no meio rural de todas as regiões brasileiras. Mas é na proa que essa distorção está mais acentuada. Enquanto na porção mais miserável do país - o Nordeste - as diferenças espaciais são tênues, na sua ponta mais exuberante - o Sudeste/Sul - a proporção de pobres no meio rural chega a ser quase duas vezes superior à proporção de pobres no meio urbano.

Segundo Veiga (2000), esta constatação impõe pelo menos duas observações sobre os rumos de desenvolvimento até aqui seguidos pela sociedade brasileira. Por um lado, parece intrigante o fato da pobreza ser proporcionalmente mais alta no meio rural, justamente no país que teve uma das mais drásticas experiências históricas de êxodo em direção às cidades¹. Por outro, isso indica que a manutenção do mesmo padrão de crescimento econômico, mesmo que venha a reduzir bastante a pobreza urbana do Nordeste, poderá não ter efeito equivalente sobre sua pobreza rural, a qual representa, sozinha, dois terços da pobreza rural brasileira e um quinto de sua pobreza total.

Quando se examina as características da pobreza rural da parte mais desenvolvida do país, o que mais chama a atenção é sua fortíssima ligação com a agropecuária. Os segmentos rurais ocupados em outras atividades sempre têm uma renda média maior que a dos trabalhadores agrícolas. Como demonstra o economista José Graziano da Silva (1997) às vezes ela chega a ser 4 a 5 vezes maior, como no caso dos ocupados em serviços auxiliares da produção e na administração pública da região Sul.

Não pode haver dúvida, portanto, de que qualquer discussão sobre o fenômeno da pobreza rural brasileira passa necessariamente pela consideração das próprias características do setor agropecuário. E uma das mais marcantes é seu contraste com a estrutura ocupacional desse setor em todos os países que atingiram altos índices de desenvolvimento humano. Em todos esses países a agropecuária é uma atividade de caráter principalmente familiar, enquanto no Brasil ela é predominantemente de caráter patronal (Veiga, 1991). Três quartos da área utilizada pelo setor agropecuário brasileiro pertencem a meio milhão de fazendeiros que empregam quase cinco milhões de peões, cabendo apenas um quarto dessa área a outros treze milhões de ocupados no setor, entre os quais pelo menos um quarto estão em situação de auto-consumo.

Tamanha distorção resulta evidentemente de uma herança histórica cuja marca essencial foi o desprezo e a intolerância das elites pelas formas familiares de propriedade e uso da terra.

Com a exceção do fluxo colonizador que, partindo do extremo sul, permitiu uma certa afirmação da agricultura familiar até o sudoeste do Paraná, o padrão agrário das demais regiões foi semelhante ao que predominou no Leste europeu, onde as elites preferiram impedir que suas populações rurais tivessem acesso à propriedade da terra.

No início da década de 1960, as ligas camponesas nordestinas, junto com os movimentos de sem-terra sulistas, quase levaram o governo João Goulart a optar pela democratização do acesso à terra, isto é, pelo padrão que predominou no Oeste europeu e na América do Norte.

Durante os 20 anos de ditadura militar, a saída encontrada pelos excedentes da população agrícola foi o movimento migratório, principalmente para as regiões de fronteira, onde procuravam se fixar como posseiros. Mas a política de ocupação do oeste, por meio de incentivos fiscais, reduziu o alcance dessa válvula de escape. E a escolha da cana-de-açúcar como única cultura do Proálcool ainda ajudou os grandes fazendeiros a avançarem cada vez mais sobre as terras da jovem agricultura familiar do Sudeste. Foi por isso que, em meados dos anos 1980, quando se encerrava a longa ditadura, o sistema agropecuário brasileiro tinha um perfil essencialmente patronal, em flagrante contraste com o de todos os países que conseguiram se desenvolver durante o século 20 (Veiga,1990,1991; Abramovay,1992).

Para Veiga (2004), com a redemocratização, aumentou bastante a possibilidade de um trabalhador rural ter acesso a um lote de terra que lhe garanta a subsistência básica (casa e comida), e bem mais que isso se também tiver acesso a bens públicos essenciais (como educação e assistência técnica) e a linhas adequadas de crédito. Entre 1985 e 1994, quadruplicou a possibilidade de uma família sem-terra ser assentada, desempenho que deu um grande salto no atual governo. A combatividade do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) e sobretudo a simpatia que chegou a conquistar nas camadas médias urbanas fizeram com que o assentamento de famílias rurais sem-terra fosse fortemente acelerado em meados dos anos 1990. Mas o verdadeiro impacto dessa aceleração só pode ser estimado pela comparação dos dados de assentamento com os dados disponíveis sobre a estrutura agrária. E, antes de tudo, pela comparação do número de famílias que têm conseguido terra com o número das que têm se retirado da atividade agrícola.

Entre 1992 e 1995, ficaram sem ocupações agrícolas assalariadas ou por conta própria cerca de 120 a 150 mil famílias. Nesse período, as estatísticas indicam que deixaram essas

atividades 280 mil empregados, 12 mil agricultores por conta própria e 24 mil não-remunerados, totalizando 316 mil ocupados - ou seja, entre 126 mil e 158 mil famílias, supondo, em estimativa otimista, 2 a 2,5 ocupados em cada família. Esse número indica que estariam saindo da agricultura 40 a 50 mil famílias por ano (Veiga, 2004).

Ao assentar 70 mil famílias por ano, o atual governo está mais que compensando a desocupação estimada. Mas cabe perguntar o que significa esse saldo positivo de 20 ou 30 mil famílias por ano em um universo da ordem de 5 ou 6 milhões. O que significa esse saldo positivo de 20 ou 30 mil lotes familiares de alguns poucos hectares em uma estrutura agrária na qual os 500 mil empregadores concentram mais de 75% das terras agrícolas? O saldo positivo de 20 a 30 mil lotes, com área média em torno de 7 ha, retiraria de 150 mil a 200 mil ha por ano dos quase 300 milhões de ha detidos por 500 mil fazendeiros e os acrescentaria aos 90 milhões de ha em posse das 3,5 milhões de famílias que trabalham por conta própria (Veiga, 2004).

Ao mesmo tempo, é muito importante ter presente que, segundo Veiga (2004), pela primeira vez na história do Brasil, uma política governamental inteiramente voltada à agricultura familiar começou a emergir com o decreto 1.946, de 28 de junho de 1996, que criou o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Não é mais uma simples diferenciação do crédito para 'pequenos agricultores'. Além de nova concepção para o financiamento da produção de agricultores familiares e suas organizações, trata-se de uma estratégia de parceria entre eles, governos (municipais, estaduais e federal) e iniciativa privada na aplicação dos recursos, destinados também à melhoria da qualidade de vida, ao aprimoramento profissional, à adoção de tecnologia, à adequação e implantação de infra-estrutura e outros objetivos.

O PRONAF está conseguindo produzir o novo ambiente institucional necessário à ampliação da base social da política nacional de crédito e de desenvolvimento rurais. É verdade que as conseqüências práticas deste novo ambiente são ainda tímidas e parciais, pois, o crédito de investimento atinge parcela reduzida de agricultores e boa parte dos que tomaram crédito de custeio já estavam incluídos no sistema (sobretudo mediante integração agroindustrial). O mais importante, entretanto, é que a relação entre o sistema bancário e a agricultura familiar ganhou uma dimensão pública inteiramente inédita na história do País.

Começam a aparecer experiências em que a sociedade civil cria as condições necessárias a que o sistema bancário possa realizar suas funções de intermediação financeira de maneira segura e onde a organização coletiva substitui parcialmente os parâmetros individuais no estabelecimento dos custos das operações.

A intermediação bancária entre as verbas públicas e os agricultores familiares sofre influência de um conjunto variado de organizações sociais cuja consequência, em alguns casos, é o alargamento da quantidade de agricultores com acesso ao crédito, sem que isso signifique prejuízo para os bancos. Simultaneamente, a segunda grande linha de ação do Pronaf, que financia infra-estrutura municipal, já desencadeou um processo de discussão coletiva local sobre os rumos do desenvolvimento rural, apesar dos critérios de seleção dos primeiros mil municípios não terem sido os melhores. (Abramovay & Veiga, 1998).

São, portanto, ainda acanhados os programas voltados à distribuição de terra que podem expandir a agricultura familiar (como os assentamentos), e à distribuição de renda via crédito barato para agricultores e investimentos em municípios selecionados (como o Pronaf). Na verdade, esses programas só avançaram porque o processo democrático tem engendrado um gradual, mas vagaroso, aumento da pressão social exercida pelos trabalhadores agrícolas. Principalmente a do MST por mais assentamentos e do movimento sindical, liderado pela Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), pela ampliação do Pronaf. Todavia, percebe-se que no âmbito governamental esses dois programas têm sido apenas tolerados como necessárias ações de resgate da chamada “dívida social”. Na visão dominante, eles não teriam qualquer importância estratégica em termos de crescimento econômico e desenvolvimento, ou seja, são programas mais legitimados por compromissos assumidos durante o período eleitoral.

2.2 AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL

No Brasil, para Wanderley (1999), a agricultura familiar conhece uma marginalização histórica considerável, tendo sido durante muito tempo relegada ao segundo plano e até mesmo esquecida pelas políticas públicas. Tal fato pode ser observado desde a época da colonização, cujo modelo de propriedade agrícola era baseado na grande exploração monocultural de exportação, estando assim os recursos priorizados para o favorecimento desta.

A consequência desta desigualdade repercutiu diretamente na agricultura familiar e na sua base fundiária, a pequena propriedade. Durante muito tempo, a agricultura familiar foi vista como sinônimo de pobreza e de subdesenvolvimento, e o homem do campo, agricultor familiar, considerado pouco inteligente e incapaz de tomar decisões eficazes no gerenciamento do seu negócio.

Segundo Wanderley (1999), os agricultores familiares são portadores de uma tradição, tanto no trabalho com a terra, quanto em seu modo de vida. Tal tradição inclui uma relativa autonomia, e uma organização familiar que compreende, dentre outros aspectos, o trabalho da família na propriedade; a produção de alimentos para consumo próprio, a produção destinada ao mercado; e uma forma de sociabilidade centrada nas comunidades rurais.

Assim, para Tedesco (1999), a agricultura familiar é entendida como aquela que combina a propriedade da terra, com uma mão-de-obra familiar, e que se organiza, em torno da família e para a família, por uma lógica que reúne saberes e valores que asseguram a reprodução da unidade familiar e de produção e a permanência do patrimônio. A terra tem um significado especial para os agricultores, de tal modo que, mesmo havendo a possibilidade de se manter, de progredir, através do exercício de atividades não agrícolas na unidade doméstica, e fora dela, a terra não perde seu sentido, continua sendo a base do patrimônio familiar sobre a qual se constrói a família e o trabalho.

Para Wanderley (1999), apesar das restrições ao funcionamento da agricultura familiar no Brasil, dentre as quais se pode destacar o próprio acesso à terra, ou ainda, a fragilidade no acesso a recursos financeiros, além do modelo de modernização conservadora a que foi submetida, esta vem sendo considerada um setor de grande importância social e econômica para o país.

Desde os anos 1990, tem-se observado um crescente interesse por esse tipo de produção. Tal interesse se materializou em políticas públicas, como a criação do Ministério de Desenvolvimento Agrário - MDA e do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, além do revigoramento da Reforma Agrária. A formulação das políticas favoráveis à agricultura familiar e à Reforma Agrária obedeceu, em boa medida, às reivindicações das organizações de trabalhadores rurais e à pressão dos movimentos sociais organizados.

A agricultura familiar é hoje, de grande importância para essa revalorização do meio rural, uma vez que tem demonstrado ser possível unir a eficiência econômica com a “eficiência social” (GUANZIROLI et al, 2001), contribuindo para construção de melhores condições de vida, pois incorpora em sua gênese, atributos, cuja natureza envolve a adesão a valores éticos e morais. Ela também está associada à dimensão espacial do desenvolvimento, por permitir uma distribuição populacional mais equilibrada no território, em relação à agricultura patronal, normalmente vinculada à monocultura, que gera grandes vazios populacionais.

Deve-se ter claro que a agricultura familiar não é um segmento homogêneo, mas um universo extremamente diversificado em sua composição. Apesar da lógica de reprodução das unidades de produção familiar ser essencialmente a mesma, o nível em que opera esta lógica, as expectativas e a própria dinâmica subjacente às práticas adotadas pelas famílias rurais, revelam diferenças marcantes. É em decorrência das capacidades de adaptação às situações próprias de cada uma delas – por exemplo: lugar, clima, cultura, tamanho da familiar e da propriedade, etc.- que tais unidades vão definir as suas estratégias de produção e reprodução.

É intenso o debate sobre a agricultura familiar, seus elementos caracterizadores, sua dinâmica, viabilidade e lógica econômica. O elemento chave mais importante para definir os produtores familiares é produzir com base na mão-de-obra familiar. Desta forma, as unidades de produção familiares não recorrem à mão-de-obra assalariada a não ser de forma ocasional ou em quantidade inferior à mão-de-obra familiar. (Buainain; Romeiro, 2000).

Buainain e Romeiro (2000), o universo de agricultores familiares não é homogêneo. Ao contrário, é profundamente diferenciado, seja do ponto de vista econômico, social e cultural. Tampouco os agricultores familiares formam uma categoria estanque, imóvel e isolada das demais. Na verdade os produtores evoluem segundo trajetórias diferentes, podendo passar de uma categoria social a outra, segundo se encontrem em uma trajetória de acumulação de capital ou, ao contrário, de descapitalização. Esta diferenciação social dos produtores é também resultante da dinâmica das relações sociais nas quais se inserem. É importante, portanto, distinguir pelo menos três tipos diferentes de produtores familiares:

- a) os produtores familiares capitalizados, que puderam acumular algum capital em maquinário e terra e que dispõem de mais recursos para a produção; estes produtores dispõem, em geral, de uma renda agrícola confortável, que os mantém

relativamente afastados do risco de descapitalização e de eliminação do processo produtivo;

- b) alguns podem, até, transformar-se progressivamente em produtores patronais, na medida em que aumentam a área de sua propriedade ou que introduzem sistemas de produção que exigem mão-de-obra assalariada; os produtores familiares em capitalização, cujo nível de renda pode, em situações favoráveis, permitir alguma acumulação de capital; mas esta renda não garante nem segurança nem sustentabilidade para as unidades produtivas. Desta forma, enquanto parte dos produtores nesta categoria poderão eventualmente complementar a implantação de sistemas mais capitalizados e que geram níveis mais elevados de renda, outros podem, em condições adversas, seguir a direção inversa da descapitalização;
- c) os produtores familiares em descapitalização, cujo nível de renda é insuficiente para assegurar a reprodução da unidade de produção e permanência da família; encontram-se nesta última categoria produtores tradicionais em descapitalização real e produtores que recorrem a rendas externas para sobreviver (trabalho assalariado temporário, atividades complementares permanentes, trabalho urbano de alguns membros da família, aposentadorias, etc.).

Pode-se definir um patamar simples de reprodução que corresponde à renda mínima que um produtor deve obter para assegurar a sua reprodução e, portanto, para se manter na produção. Esta renda mínima varia de região para região, de acordo com o nível de remuneração da mão-de-obra nos outros setores da economia, com a maior ou menor mobilidade social das diferentes categorias de produtores e com as possibilidades de trabalho a eles oferecidas no contexto regional.

Os principais elementos que permitem distinguir entre estes três tipos de produtores são, portanto, o nível de capitalização e da renda agrícola obtida por cada ativo familiar. Mesmo levando em conta o forte vínculo dos produtores com a terra e o local, é possível sustentar que se as oportunidades de trabalho existentes fora da propriedade forem sistematicamente mais remuneradoras do que a renda gerada pela unidade produtiva, a tendência será o esvaziamento produtivo e o êxodo rural. Se a renda agropecuária for superior à que poderia ser obtida fora da propriedade, ao contrário, o produtor lutará para manter-se na atividade produtiva agropecuária (Wanderley, 1999).

Os estudos realizados pelo Convênio FAO/INCRA demonstram que a agricultura familiar brasileira não apenas sobreviveu em condições adversas e sem apoio das políticas públicas, como ocorre nos países desenvolvidos, como reforçou sua posição como produtora de mercadorias para o mercado doméstico e internacional. Os resultados apresentados neste trabalho evidenciam que esta “resistência”, que muitos autores apontam como um anacronismo e atraso da agricultura brasileira, está fundada precisamente nos resultados econômicos produzidos pelos agricultores familiares. Apesar da precariedade, a maioria dos sistemas produtivos examinados gera renda agrícola líquida superior ao que a maioria dos membros da família conseguiria obter em ocupações alternativas.

Claro está que parte do “sucesso” da agricultura familiar assenta-se no baixo nível de desenvolvimento do capital humano no Brasil e na falta de oportunidades adequadas para absorver condignamente as populações rurais que são obrigadas a abandonar suas terras e locais de origem. No entanto, como foi observado anteriormente, a elevação do custo de oportunidade dos membros da família não levaria, necessariamente, à eliminação da agricultura familiar, a qual dispõe de alternativas tecnológicas que permitem elevar a produtividade do trabalho e o nível de renda do estabelecimento agropecuários *pari pasu* à elevação do custo de oportunidade e à desejável criação de novas oportunidades de trabalho e de vida para os agricultores jovens e suas famílias (Buainain; Romeiro, 2000).

Esta divisão entre produtores familiares capitalizados, em transição e descapitalizados para Wanderley (1999), deve ser tomado como indicativo da diferenciação social entre os agricultores familiares. Devido às restrições de dados, a metodologia adotada de cortar pelo nível de renda implica em limitações. Muitos podem mudar de posição de ano para ano segundo as variações climáticas e de mercado, como também é possível incluir, em uma mesma categoria, produtores em situações diferentes

Esta ressalva é importante, sobretudo quando se analisa o grupo dos produtores descapitalizados. Além dos produtores tradicionais, muitos dos quais em situação realmente precária, este grupo inclui muitos jovens produtores ou assentados em início de atividade, com sistemas de produção viáveis e em expansão. Estes produtores, mesmo com um nível de renda pouco elevado, podem realizar progressivamente alguns investimentos, recorrendo a um grande esforço de economia, a fontes de renda externas e, eventualmente, a fontes de financiamento subsidiadas. Neste caso, o baixo nível de renda equivaleria à situação de um

empreendimento em fase de maturação, e não a projetos decadentes e ou insustentáveis economicamente.

Para Leite (1997), a categoria agricultura familiar homogeneiza uma heterogeneidade de tipos de produtores rurais (produtores mercantis, camponeses, neorurais), privilegiando o aspecto político e secundarizando as dimensões econômica e social. A criação de uma política específica – o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), fruto de lutas sociais dos trabalhadores rurais através de suas entidades representativas e da incorporação do Estado – reforçou e consolidou tal categoria. Entretanto, entre os (as) produtores (as) com diferentes níveis de inserção na economia de mercado, esclarecemos que o nosso interesse particular diz respeito aos agricultores descapitalizados, que não conseguem reter o lucro e a renda da terra e se exaurem no trabalho e que na impossibilidade de sua reprodução recorrem ao trabalho assalariado e ainda, que constituem um público-alvo de política de reforma agrária, isto é, de projetos de assentamento. São produtores que se caracterizam pela dualidade do trabalho: ora direto, ora através da venda da força de trabalho (não restrita à atividade agrícola).

2.2.1 PRONAF - As mudanças institucionais no Governo Lula

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) destina-se ao apoio financeiro das atividades agropecuárias e não agropecuárias exploradas mediante emprego direto da força de trabalho do produtor rural e de sua família.

As mudanças institucionais do PRONAF no Governo Lula, desencadeadas a partir de meados de 2003, vêm sendo graduais e significativas. Embora ainda não seja possível avaliar o seu alcance e impactos, pretendemos descrever e analisar a seguir o caráter assumido por estas mudanças ainda em curso, traçando linhas gerais que permitirão, futuramente, uma compreensão mais aprimorada de seus desdobramentos. As principais alterações institucionais no PRONAF foram regidas por uma série de instrumentos legais,. Estas alterações são, de um modo geral, referidas a cinco grandes tópicos inter-relacionados: (a) criação de novas modalidades e linhas de crédito; (b) mudanças nas características e requisitos de enquadramento; (c) alterações nas finalidades, limites, prazos, carências, rebates e encargos financeiros das diversas linhas; (d) criação de novos serviços e mecanismos de apoio à execução do PRONAF; e (e) mudanças conceituais(Sousa & Valentin Júnior, 2004).

As novidades institucionais do PRONAF no Governo Lula incluem uma crescente dotação orçamentária. De acordo com dados do MDA, no Plano de Safra 2003-2004 houve aumento de 29% no orçamento do PRONAF em relação ao Plano de Safra 2002-2003. No Plano de Safra 2004-2005, esta dotação subiu mais 28% em relação ao anterior. Nos dois Planos, houve significativos aumentos principalmente para os créditos de custeio (mais 48% em 2003-2004 e mais 63% em 2004-2005) (MDA, 2004, Pedroso, 2004). Estas alterações na dotação orçamentária elevaram, de um modo geral, a disponibilidade de recursos aos agricultores familiares. Outra mudança importante foi a liberação dos recursos a partir de julho de cada ano, tentando adequar a disponibilidade de recursos com a demanda dos agricultores.

Com o lançamento do Plano de Safra 2003-2004 houve uma profusão de novas linhas de crédito, refletindo, por um lado, uma certa renovação conceitual nos objetivos do Programa e, por outro lado, uma demanda reprimida por determinadas temáticas e enfoques – muito presentes nos discursos dos movimentos sociais e no de seus mediadores – que encontravam espaço de manifestação no novo governo.

Deste modo, surgiram várias linhas de ação do PRONAF: Alimentos, Turismo Rural, Pecuária Familiar, Pesca Artesanal, Fome Zero, Conviver Semi-Árido, Máquinas e Equipamentos, e Agroecologia. Surgia também um novo Grupo de enquadramento dos agricultores, o PROGER Rural Familiar (mais tarde denominado de “E”), elevando o requisito mínimo de renda bruta anual familiar, para fins de enquadramento de Programa, para R\$ 40 mil reais. Também foi criado o Programa de Agroindustrialização da Produção de Agricultores Familiares, e instituídas ações afirmativas para abrangendo novas modalidades de estímulo à produção de mulheres, jovens, indígenas e quilombolas.

No Plano de Safra 2004-2005 foi introduzida a linha de crédito para integralização de cotas-parte de agricultores familiares cooperativados, que estimula a produção e industrialização cooperativa entre os agricultores familiares. Como já argumentamos, não há ainda dados e informações que permitam avaliar o alcance destas mudanças institucionais (Sousa & Valentin Júnior, 2006).

Ao analisarmos as mudanças nas características e requisitos de enquadramento dos agricultores familiares ao programa, é possível perceber uma maior flexibilidade, em alguns

Grupos (como por exemplo o “C”), em relação à obtenção de renda com atividades fora do estabelecimento agrícola. Quanto às alterações nos limites, prazos, carências, rebates e encargos financeiros da diversas linhas, houve, nestes dois Planos de Safra, aumento nos limites dos empréstimos e nas possibilidades de rebate, tanto para os valores de custeio quanto nos de investimento.

É importante ressaltar a criação de determinados instrumentos normativos que atrelam o aumento do limite máximos dos empréstimos a requisitos que, no caso do Grupo “C”, valorizam a parceria ou integração da avicultura e da suinocultura com as agroindústrias, a produção agroecológica certificada pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e a propostas que contemplem interesses da mulher e de jovens que tenham concluído ou estejam freqüentando cursos de ensino formal.

No caso do Grupo “D”, este critério beneficia também as atividades relacionadas ao turismo rural. Para viabilizar a implementação destas mudanças foram criados novos serviços e mecanismos administrativos de apoio à execução do PRONAF. Destacam-se a criação do Cartão do Agricultor Familiar, aperfeiçoamentos da Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP), a articulação com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) para a criação de um novo fundo de aval para os agricultores e a instituição do Serviço de Assessoria Técnica, Social e Ambiental (ATES), que surge como um serviço de assistência técnica e extensão rural exclusivo para os agricultores assentados, enquadrados no Grupo “A”, aos moldes do que era o extinto Projeto Lumiar.

Outra mudança importante diz respeito ao reconhecimento oficial de que parte do crédito obtido para custeio vinha sendo sistematicamente utilizada pelos agricultores para gastos não diretamente relacionados à produção agrícola. Deste modo, os agricultores podem utilizar até 15% dos recursos obtidos para, de acordo com o Manual de Crédito Rural, comprar medicamentos, agasalhos, roupas e utilidades domésticas; construir ou reformar instalações sanitárias e fazer “gastos indispensáveis ao bem-estar da família” (Sousa & Valentin Júnior, 2006).

Estas novidades parecem apontar algumas preocupações básicas dos formuladores e gestores do Programa, como por exemplo: (a) a necessidade de inserção dos agricultores nos mercados locais; (b) a valorização dos aspectos cooperativos da produção, comercialização e transformação da produção agropecuária; (c) o fomento da agroindustrialização como

principal mecanismo de geração de valor à produção agrícola familiar; (d) o vínculo dos processos produtivos à valorização da produção de lavouras de alimentos que compõem a cesta básica; (e) a incorporação da variável ambiental por meio do fomento à produção agroecológica; e (f) o apoio a segmentos das populações historicamente esquecidos pelas políticas públicas (mulheres, jovens, índios e quilombolas).

2.2.2 As modalidades de crédito do PRONAF

As modalidades de crédito contempladas no Programa foram classificadas em diversas categorias, cada uma com suas especificidades no que se refere às taxas de juros, limites de financiamento, bônus de adimplência, públicos-alvo e finalidades, dentre outros aspectos. Para efeito de classificação dos beneficiários nos grupos do Pronaf, são excluídos os benefícios sociais e os proventos da previdência rural, na composição da renda familiar. Descrevemos, abaixo, as modalidades e finalidades de crédito, classificadas pelo Governo Federal, conforme os Planos Safra para a Agricultura Familiar 2003/2004 (PRONAF, 2003) e 2004/2005 (PRONAF, 2004):

O **PRONAF grupo A** trata-se do primeiro crédito para os assentados da reforma agrária. Destina-se ao financiamento de projetos de estruturação inicial da parcela, implementação, ampliação e modernização da infra-estrutura de produção e serviços agropecuários e não-agropecuários no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas, de acordo com projetos específicos.

Atendendo a pedido dos movimentos sociais, o Plano Safra 2005/06 trouxe alterações como a elevação do limite de crédito do Grupo “A” do Pronaf – linha voltada para assentados da reforma agrária e beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário – que passou de R\$ 15 mil para R\$ 18 mil por família. Deste total, R\$ 1,5 mil deverão ser destinados ao pagamento de assistência técnica nos quatro anos iniciais de implantação do projeto. Nesta modalidade de crédito, a taxa de juros é de 1,15% ao ano e o prazo de pagamentos de até 10 anos.

São beneficiários do Pronaf grupo A os produtores rurais enquadrados nas categorias relacionadas a seguir, mediante declaração de aptidão ao Programa, fornecida pelo INCRA, através das suas Superintendências Regionais ou Unidades Avançadas, em conjunto com, no mínimo, 2 (dois) agentes credenciados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário: os

produtores familiares assentados pelo Programa Nacional da Reforma Agrária que não contrataram operação de investimento no limite individual permitido pelo antigo PROCERA; os produtores familiares assentados dos Programas "Cédula da Terra", "Banco da Terra", "Projeto Casulo" e Projetos Estaduais de Reforma Agrária, desde que nestes casos, os assentamentos sejam reconhecidos pelo INCRA e ainda cadastrados no Sistema de Informações dos Projetos de Reforma Agrária (SIPRA).

Através do Pronaf grupo A podem ser financiadas as atividades as seguintes atividades: (a) agricultura e pecuária (exclusive pecuária de corte) e (b) produção artesanal. Podendo ser financiado (a) a integralização de quotas-partes de capital social das cooperativas de produção; (b) preparo, sistematização e correção do solo; (b) insumos necessários à implantação e desenvolvimento das culturas; (c) instalações pecuárias e agrícolas; (d) infraestrutura básica para associações e cooperativas de produção (estradas internas, fontes de energia/eletificação rural etc.) e outros correlatos, de conformidade com o plano/projeto, devidamente justificado pela assistência técnica; (e) animais de produção e de serviço; (f) máquinas e equipamentos agrícolas; (g) geradores, moto-bombas, motores estacionários, radiofonia e outros correlatos de conformidade com o plano/projeto, devidamente justificados pela assistência técnica; (h) itens correspondentes às despesas operacionais da produção agrícola (safra), tais como: adubos, defensivos, sementes e mudas fiscalizadas/certificadas, sacaria e outros, de conformidade com o plano/projeto, devidamente justificado pela assistência técnica; (i) produtos artesanais que sejam compatíveis com a natureza da exploração rural e com o melhor emprego da mão-de-obra familiar.

PRONAF Grupo B é a linha de microcrédito criada para combater a pobreza rural. Os recursos de investimento são destinados a agricultores com renda anual familiar bruta de até R\$2 mil. Os créditos atenderão as atividades agropecuárias e não-agropecuárias, geradoras de renda para a família. Até 35% do valor do projeto pode ser destinado a custeio associado.

O **PRONAF Grupo C** beneficia, através do crédito de custeio e investimento, os agricultores com renda anual familiar bruta superior a R\$2 mil e inferior a R\$14 mil.

PRONAF Grupo A/C é dirigido aos agricultores familiares egressos do PRONAF Grupo A. Refere-se ao primeiro crédito de custeio para as famílias assentadas da reforma agrária que já receberam o financiamento do Grupo A.

O **PRONAF Grupo D** beneficia, através do crédito de custeio e investimento, os agricultores com renda bruta anual familiar superior a R\$14 mil e inferior a R\$40 mil (Pronaf Alimentos).

PRONAF Grupo E, abrange os agricultores com renda familiar anual bruta entre R\$40 mil e R\$60 mil, para financiamento do custeio das atividades agropecuárias e não-agropecuárias, bem como o financiamento da implantação, ampliação ou modernização da infra-estrutura de produção e serviços no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas.

2.2.3 Modalidades especiais de crédito

O **Crédito de Custeio para Agroindústrias Familiares** é uma modalidade de crédito que visa atender as agroindústrias familiares organizadas como pessoas jurídicas e de pessoas físicas cujos agricultores familiares estejam, no mínimo 90%, enquadrados nos grupos B, A/C, C, D ou E, sendo que mais de 70% da matéria-prima a beneficiar ou a industrializar seja de produção própria ou de associados/participantes.

Crédito para Integralização de Cotas-parte de Cooperativas de Crédito Rural, beneficia cooperativas de crédito rural em que, no mínimo, 90% dos associados ativos são compostos de agricultores familiares enquadrados nos Grupos B, A/C, C, D e E, que tenham um capital social de, no mínimo, R\$ 50 mil e máximo de R\$ 500 mil.

O **PRONAF Agroindústria** trata-se de crédito de investimento para Agregação de Renda à Atividade Rural, inclusive em infra-estrutura, que vise ao beneficiamento, processamento e comercialização da produção agropecuária, produtos florestais e de extrativismo, ou produtos artesanais, e à exploração de turismo rural, inclusive ampliação e modernização, destinados a pequenas e médias agroindústrias isoladas ou em forma de rede, bem como à estruturação de serviços e/ou de unidades de apoio técnico às agroindústrias em rede, para prestação de serviços de controle de qualidade do processamento, de divulgação, promoção e propaganda, aquisição, distribuição e comercialização da produção. São beneficiários agricultores familiares pessoas físicas e cooperativas, associações ou outras pessoas jurídicas enquadrados nos grupos B, A/C, C, D e E.

PRONAF Florestal estimula o plantio de espécies florestais, apoiando os agricultores familiares na implementação de projetos de manejo sustentável de uso múltiplo,

reflorestamento e sistemas agroflorestais. Refere-se a crédito de investimento para a silvicultura e sistemas agroflorestais e exploração extrativa ecologicamente sustentável. É dirigido aos beneficiários enquadrados nos Grupos B, C e D.

O **PRONAF Semi-Árido** trata-se de crédito de investimento para obras de infraestrutura hídrica para os agricultores da região do semi-árido. Os agricultores terão recursos para a construção de pequenas obras hídricas, como cisternas, barragens para irrigação e dessalinização. É dirigido aos beneficiários enquadrados nos Grupos B, A/C, C e D.

PRONAF Mulher é uma linha de investimento dirigida às esposas ou companheiras que pertencem a unidades familiares de produção enquadradas nos grupos C, D e E. Visa ao atendimento de propostas de créditos relacionadas com projetos específicos de interesse da esposa ou companheira dos agricultores familiares sempre que o projeto técnico ou a proposta de crédito contemplar atividades agregadoras de renda e/ou novas atividades exploradas pela unidade familiar.

O **PRONAF Jovens** é a linha de investimento para jovens agricultores e agricultoras pertencentes a famílias enquadradas nos grupos B, C, D e E, maiores de 16 anos e com até 25 anos de idade, que tenham concluído ou estejam cursando o último ano em centros familiares de formação por alternância ou em escolas técnicas agrícolas de nível médio, que atendam à legislação em vigor para instituições de ensino, ou que tenham participado de curso de formação profissional que preencham os requisitos definidos pela Secretaria de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Visa incentivar o desenvolvimento de novas atividades agregadoras de renda e/ou novas atividades exploradas pela unidade familiar.

Outras Linhas de Crédito referem-se a linhas de crédito específicas para comercialização tais como EGF, Nota Promissória Rural e Duplicata Rural. Objetiva dar oportunidade de buscar melhores condições de vendas da produção, quando os preços estão baixos.

Está previsto o financiamento de projetos de investimento dos programas de incentivo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento ou outros programas, com recursos equalizados pelo Tesouro Nacional ou não, ou dos Fundos Constitucionais de Financiamento Regional.

O programa também busca incentivar a agroecologia, o turismo rural, a aquisição de máquinas e equipamentos e custeio de alimentos básicos, através de sobretetos e limites estabelecidos nos grupos (B, C, A/C, D, E). Ou seja, além do limite estabelecido em cada um destes grupamentos, foi estabelecido um sobreteto para o atendimento das atividades acima citadas.

A linha de crédito do Pronaf, voltada para o financiamento da produção rural, configurasse em importante mecanismo de promoção do desenvolvimento sustentável do meio rural. Apesar da crescente inclusão de agricultores familiares como beneficiários do Programa, a distribuição espacial dos recursos investidos no Financiamento da Produção – Crédito Rural no País sinaliza lento processo na busca por maior equidade, encontrando-se em desequilíbrio.

O Plano Safra 2005/2006 trouxe uma nova linha de crédito específica para a recuperação de assentamentos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCf). Todos os trabalhadores rurais – assentados antes de 1º de agosto de 2002 e que fizerem parte do Programa de Recuperação de Assentados do Incra ou do Programa de Recuperação do Crédito Fundiário – poderão ser beneficiados por esta nova linha de financiamento, cujo limite de financiamento é de até R\$ 6 mil. A taxa de juros cobrada é de 1% ao ano e o prazo de pagamento de até 10 anos)⁷

A região Sul continua sendo contemplada com um volume bem maior dos recursos em relação à região Nordeste, embora o Nordeste concentre cerca de 50,0% dos estabelecimentos familiares do País. Ademais, os valores médios contratados na região Nordeste são bem inferiores aos contratados na região Sul. A concentração de recursos em grupos de faixas de rendas mais elevadas também ratificam e favorecem o desequilíbrio espacial. Os grupos de maior abrangência (B e C), quase 90,0% dos estabelecimentos familiares do País, receberam menores volumes de recursos. Grande parte destes estabelecimentos está concentrada na região Nordeste.

⁷ O objetivo desta nova linha de financiamento é atender aos assentamentos que ainda não receberam grande parte dos investimentos – para infra-estrutura, por exemplo – que deveriam ter sido feito pelo governo federal. A estimativa é que 80 mil famílias sejam atendidas por este programa em cinco anos (Pronaf, 2005 ; Plano Safra, 2005/06).

A distribuição dos financiamentos realizados por grupos nas regiões Nordeste e Sudeste confirma as diferenças entre os perfis dos beneficiários contemplados pelo Programa, permitindo afirmar as especificidades entre os agricultores nordestinos e sulistas.

A região Sul concentra o crédito nos grupos de rendas mais elevadas ao passo que a região Nordeste, apesar de ter maior desconcentração do crédito, as participações mais expressivas estão nos grupos de menores rendas. Maior capacidade de obtenção de crédito, através do peso econômico, pressões políticas e maior nível de organização, renda mais elevada, excedente de produção que favorece uma integração ao mercado são características atribuídas aos agricultores sulistas. Os agricultores nordestinos têm renda mais baixa, a produção para autoconsumo inviabiliza a integração ao mercado, oferecem menor capacidade de obtenção de crédito e necessitam de maior nível de organização.

O equilíbrio espacial dos recursos passa, necessariamente, pela reversão do atual quadro, sendo em vista as condições desiguais das regiões brasileiras, tanto em relação às escassas condições geográficas e tecnológicas de algumas destas regiões, a exemplo do Nordeste, obstáculo para a inserção no processo produtivo do País, mas também pelo histórico privilégio obtido por outras regiões, às custas do subdesenvolvimento de outras.

Os resultados analisados do Pronaf-Crédito Rural nos Estados nordestinos e em Minas Gerais e Espírito Santo retratam, mais uma vez, a desigualdade no financiamento do Programa, em que se percebe uma concentração dos recursos nos estados da região Sudeste (Minas Gerais e Espírito Santo), representando mais de 40% do montante aplicado. Assim, fica evidente o desequilíbrio espacial do Programa em que, dos 11 estados contemplados, quase metade dos recursos está concentrada em apenas dois deles.

Este debate sinaliza para um redesenho quanto à definição das estratégias para a alocação e operacionalização dos recursos com vistas a destinar um maior volume de financiamento às regiões que detenham maior número de agricultores familiares, uma vez que o Programa é destinado a estes.

O PRONAF destina-se à agricultura familiar e os estabelecimentos familiares estão concentrados no Nordeste: Isto por si só, justifica a reversão dos recursos aplicados. Nada mais justo que as regiões com maior número deste público-alvo recebam mais recursos e o apoio necessário à inserção no processo produtivo do País. As diferenças entre o perfil dos

agricultores das regiões brasileiras não deverá ser justificativa para dar continuidade ou manutenção a um processo que resulte em desigualdade e sim motivo suficiente para desencadear um processo de reversão do atual quadro, através de ações públicas que possibilitem a construção de um cenário mais favorável aos agricultores que requerem maior apoio, fortalecendo-os.

3 ASSENTAMENTOS RURAIS NO BRASIL

Neste item, procurou-se destacar alguns trabalhos que apresentaram valiosa contribuição para o melhor entendimento da questão agrária e dos Assentamentos rurais, assim como da geração de renda no setor rural brasileiro. Fez-se, também, uma revisão bibliográfica acerca da literatura que trata do tema.

Segundo Leite (1997), os assentamentos rurais se caracterizam por um duplo caráter: como ponto de chegada, resultado de política social e de movimentos sociais no processo de luta pela posse da terra; e, como ponto de partida, ao refletir a situação em que o produtor beneficiado busca implementar projetos tecnoprodutivos, praticar uma nova sociabilidade interna nos núcleos de reforma agrária e se inserir num jogo de disputas políticas visando sua reprodução, principalmente na sua relação com o Estado. Com isso, o assentamento rural é *locus* ideal de estudo, partindo do princípio de que se trata de uma demanda legítima de um segmento significativo da população, principalmente de agricultores familiares, que reivindicam a *terra* como *meio de trabalho*.

Segundo Carneiro (1998), a permanência do trabalho por conta própria no meio rural brasileiro se caracterizou historicamente pela busca de rendas complementares quando o trabalho direto não permitia a reprodução da família. O fato novo é que o acúmulo de atividades dos membros das famílias de agricultores, através da pluriatividade, se realiza num contexto de desemprego estrutural, de globalização financeira e de diminuição do Estado no âmbito das políticas públicas e da regulação entre capital e trabalho.

Portanto, num contexto cada vez mais desigual, em que a modernidade econômica do grande capital, concentrado e centralizado é legitimada pelo Estado. A particularidade do assentamento Santa Rita se caracteriza pelo fato de não conseguirem reproduzir-se exclusivamente pelo trabalho familiar por conta própria, mas sim, e cada vez mais, pela mediação do tempo de trabalho excedente para o capital, através da pluriatividade.

No caso da agricultura, Deere (2002) chama a atenção para o fato da divisão de gênero favorecer ao acúmulo de atividades por parte das mulheres que se sobrecarregam com o cuidado com a educação dos filhos, da casa e da produção agrícola enquanto outros membros da família recorrem ao trabalho fora do lote. Por outro lado, a pluriatividade representa a manutenção da propriedade rural, que garante o acesso à terra, representa uma proteção aos riscos do pauperismo absoluto, uma fonte de segurança contra o desemprego, além de

constituir moradia (Iamamoto, 2001) e possibilitar a proteção previdenciária para os produtores mais antigos. Já as novas gerações de homens e mulheres do meio rural se encontram com restrições de perspectivas de trabalho, principalmente de emprego formal.

Essa situação as coloca na condição de desproteção social e trabalhista, já que estão na transição permanente entre o trabalho na agricultura e o trabalho precário, informal, temporário ligado à prestação de serviços para os neo-rurais.

Nesse sentido, a pluriatividade se constitui enquanto uma estratégia que ao mesmo tempo em que inclui em um mercado de trabalho precário, exclui da rede de proteção social e trabalhista. Ou seja, nesse contexto, a pluriatividade em sua essência revela a generalização das relações mercantis de trabalho, portanto, da proletarização. Entretanto, trata-se de um processo de proletarização inconcluso (Iamamoto, 2001), que se caracteriza pelo emprego informal, pelo subemprego, pela contratação temporária⁸.

Portanto, no atual contexto de Estado Mínimo (Netto, 1995) a pluriatividade reflete as estratégias do salve-se quem puder, onde a disputa por trabalho está atrelada à idéia de sucesso ou fracasso individual, absolutamente descolado do contexto social mais amplo⁹.

Na particularidade da cidade de Altos, o comércio que se destaca no ramo de frutíferas e gêneros alimentícios, constituem um campo de trabalho que possibilita a transformação desses valores de uso em valores de troca.

Nesse sentido, para Carneiro (1998) a pluriatividade não deve ser compreendida como a solução econômica e social para a crise da agricultura familiar, mas como uma estratégia

⁸ Processo de proletarização inconcluso, porque nos marcos da expansão oligopolista tem-se um excedente de força de trabalho que já não encontra lugar no mercado formal de trabalho, fazendo com que o surgimento de trabalhadores livres não signifique necessariamente o surgimento de trabalhadores que sobrevivam fundamentalmente de rendimentos percebidos sob a forma de salário. A expansão capitalista na era da 'acumulação flexível' dissocia o trabalhador livre da condição assalariada. Faz crescer os longos períodos de desemprego, formas de trabalho eventual e subcontratado, que se combinam com outros meios de sobrevivência através do trabalho autônomo por tarefas, do trabalho em domicílio, do artesanato, da posse provisória da terra em outras regiões etc. Produz o trabalho assalariado e não assalariado, formas de subordinação real e formal do capital (Iamamoto, 2001, p. 155/156.).

⁹ Na perspectiva liberal, a pobreza, a desigualdade, as injustiças sociais, não se constituem como problemas que exigem mediação dos direitos, da representação coletiva e da difícil negociação entre interesses conflitantes – diz respeito tão-somente aos azares da vida, com os quais cada um tem que lidar a partir de sua própria vontade, habilidade e empenho (Kameyama, 1999.).

individual de reprodução num contexto de inúmeras limitações para o desenvolvimento do setor produtivo agropecuário cuja base seja o trabalho familiar direto.

Na realidade, tais limitações revelam a necessidade da integração entre as políticas públicas, seja agrária, agrícola, de segurança alimentar, de seguridade social, de trabalho e renda, habitação, dentre outras. Vale destacar que a reforma agrária e a política agrícola são de fundamental importância porque estão atreladas a problemas estruturais do modelo de desenvolvimento nacional e são políticas de garantia de trabalho no meio rural. Portanto, não se trata de políticas compensatórias.

As referidas políticas, quando aplicadas, tinham o objetivo de garantir que milhões de famílias rurais viessem a fazer parte da classe média, com a ressalva de que, para isso, esses milhões de famílias precisavam de ter acesso à rural, pesquisa agropecuária orientada para sistemas de produção de menor escala e a correspondente assistência técnica. Nesse processo, a pluriatividade, isto é, a diversificação das atividades para que a renda familiar deixe de depender exclusivamente da produção agropecuária, teve papel de grande importância.

Para Carneiro (1998), diante dessas dificuldades e limitações, a maioria dos assentados abandonou a atividade agropecuária e nas próprias famílias dos que ainda trabalham na agricultura há membros que exercem outras atividades que exigem baixa qualificação profissional, em geral, ligadas ao setor de comércio. Essa conciliação entre atividades agrícolas e não-agrícolas constitui o fenômeno da pluriatividade, categoria utilizada para designar situações e processos sociais heterogêneos.

As ações existentes, dos órgãos públicos competentes, no assentamento não foram suficientes para alterar a diminuição progressiva da renda obtida através do trabalho na agricultura no assentamento. Portanto, em razão inversa houve o aumento do trabalho em atividades não-agrícolas.

Devemos atentar para as condições em que grande parte das atividades pluriativas se desenvolve, pois a crescente condição de duplicidade do trabalhador ora na condição de produtor direto e ora como assalariado, na busca por melhores rendas, dilui o caráter de classe (ou segmento de classe), sobrecarrega os trabalhadores que têm seu tempo livre escasso, tanto para o lazer quanto para a participação política.

Para Carneiro (1998), diante dessas dificuldades e limitações, a maioria dos assentados abandonou a atividade agropecuária e nas próprias famílias dos que ainda trabalham na agricultura há membros que exercem outras atividades que exigem baixa qualificação profissional, em geral, ligadas ao setor de comércio. Essa conciliação entre atividades agrícolas e não-agrícolas constitui o fenômeno da pluriatividade, categoria utilizada para designar situações e processos sociais heterogêneos.

O tempo excedente ou “livre” do trabalhador volta-se exatamente para a busca de mais trabalho para ampliação da renda e é cada vez mais mediado pelo capital, afastando por sua vez a possibilidade de emancipação humana. Ainda assim, a capacidade de organização dos trabalhadores rurais não deve ser subestimada.

As ações existentes, dos órgãos públicos competentes, no assentamento não foram suficientes para alterar a diminuição progressiva da renda obtida através do trabalho na agricultura no assentamento. Portanto, em razão inversa houve o aumento do trabalho em atividades não-agrícolas.

Seria então a reforma agrária uma política social negativa? Não, porque mesmo essas famílias não se suprimindo financeiramente, elas têm suas terras e tiram no mínimo o seu alimento, voltando aí para a agricultura de subsistência¹⁰.

A agricultura familiar é primordial para os pequenos proprietários de terras, nesse item, se enquadra os assentados, já que o estado brasileiro, desde sua colonização é responsável em grande parte pelo não investimento em educação neste país, criando assim uma única opção para pessoas que não estão bem preparadas para outras atividades econômicas, ou seja, excluídas do mercado. E ao se ler sobre as políticas agrárias do país, vê-se também do seu início muito mais um estímulo à agricultura de exportação, excluindo até mesmo, agricultura de subsistência.

¹⁰ Reforma agrária não é, como muitos de seus opositores têm afirmado sinônimo e atraso, ameaça de desestruturação de sistemas produtivos, mas simplesmente uma das faces da luta contra a desigualdade econômica e social e, portanto, uma das ferramentas da construção de uma efetiva democracia, baseada na possibilidade de contínua expansão e criação de direitos. Sob essa perspectiva, sua permanência no vocabulário das lutas sociais deve ser entendida não como resquício do velho, mas, por sua plasticidade, como uma palavra capaz de abrigar o novo. Em nosso país, o velho a ser superado no campo é o recurso à violência, a formas indignas de trabalho, o não-reconhecimento de direitos (Medeiros, 2003).

Segundo Mendonça Apud Assis Brasil (1997) em 1898 a “vergonhosa situação do país que dispendo de uma enormidade de terreno fértil, não tem sequer a independência do próprio estômago e vai pedir ao estrangeiro os gêneros mais necessários à vida”. Quem ditava as regras do que plantar era o próprio governo, chegando até a interferir em diversos fatores relacionados à economia, política, sociedade, etc. Em consequência desses fatos é que o Brasil vem pagando impostos exorbitantes, do passado até hoje.

A reforma agrária, com potencial para manter o homem no campo e melhorar a distribuição de renda, vive um impasse no Brasil. Os assentamentos competitivos precisam de tecnologia, gerentes ágeis, gente vendo o que acontece nas bolsas internacionais e que entenda de finanças. Os atuais assentamentos dependem de uma reforma pró-mercado. Alguns produtos não são sustentáveis em pequena escala. Os que suportam produção em grande escala precisam de muita tecnologia e são incompatíveis com o modelo de reforma agrária adotado pelo MST. Na opinião do mesmo autor, os atuais assentamentos só vão sobreviver enquanto o governo jogar dinheiro neles, mas serão ineficientes e criarão problemas para as contas públicas.

Segundo Holanda (2006), as teorias que tratam que questão agrária, tanto na vertente socialista como na liberal, abordam a economia camponesa, associando-a ao atraso, como resíduo ou um resto a ser extinto pelo progresso. O capitalismo se desenvolveu, passou pela fase imperialista, chegou à fase globalização financeira, mas o camponês não se transformou totalmente em assalariado, nem toda produção camponesa se mecanizou. A agricultura familiar existe e se constitui, mas do nunca, num campo de estudo.

Para entender o ciclo do desenvolvimento da agricultura familiar, é preciso se colocar no ponto de vista do outro. É preciso interrogar o que significa para as famílias camponesas a reprodução de determinadas práticas. Nesse sentido, um pesquisador deve ter, antes de qualquer coisa, consciência das categorias de análise que ele utiliza e das categorias utilizadas por aqueles que ele tenta compreender. A violência semiológica que se impõe sobre o nosso olhar deve ser rompida para que os significados de qualquer ação social possam ser compreendidos (HOLANDA, 2006).

Na sua análise Holanda (2006), sustenta que na unidade familiar, o cálculo do esforço necessário para produção de bens a serem consumidos pela família são determinados pelo chefe da família, ou seja, o pai. Este cálculo econômico tem como lógica a retirada do roçado

– da terra disponível para o trabalho familiar – de uma quantidade de produtos suficientes para o consumo da casa e para a reprodução das condições de produção e consumo dos anos seguintes. Sendo o consumo de alimento uma necessidade diária e prioritária, o pequeno produtor tem seu cálculo econômico representado pela feira semanal. A situação ideal é aquela em que a produção familiar possa ser suficiente para suprir a feira semanal durante todo o ciclo agrícola.

A produção dentro do assentamento é um deslocamento que se efetiva para fora, da casa para roça (espaço público). A direção desse processo é determinada pela figura do homem - pai. Ele controla o espaço produtivo externo da casa, a mulher administra o espaço interno (privado) da casa. Quando ela se envolve em atividades de plantio, colheita ou criação de pequenos animais, essas atividades são consideradas “ajuda” e não trabalho. É muito comum quando se solicita nas reuniões, em assentamentos, que as mulheres se apresentem dizendo nome e ocupação, elas dizem que não fazem nada, só cuidam da casa, o marido é quem trabalha. Esses depoimentos, por si sós, são uma demonstração de que o controle do espaço público natural (terras, matas, rios) pelo homem já foi incorporado e aceito pela mulher como uma coisa também natural e correta. Não é a toa que, em qualquer projeto discutido com os assentados, o gado, seja na forma individual e/ou coletiva, entra como um componente a ser financiado. Para muitos assentados, a agricultura não tem resultado, é com o gado de corte ou leiteiro que o assentamento poderá se desenvolver. E quando consultados sobre que tipo de curso eles gostariam de fazer, o manejo de gado é um dos mais solicitados. (HOLANDA, 2006)

O trabalhador rural assentado tem um imaginário social voltado pra suas necessidades imediatas, seus sonhos são fáceis de serem realizados, eles sonham com poucas coisas. Um projeto sério, democrático, que tenha origem no desejo e na opinião deles, pode evitar o gasto de recursos públicos com projeto de escritório que não envolve os assentados no processo de mudança da sua qualidade de vida material e cultural.

Os assentados do Piauí pertencem ao contingente populacional que mais é afetado pela dívida social. Estão incluídos entre os que têm as piores condições de higiene, alimentação, saúde e educação. Os projetos financiados pelo governo federal e estadual que os beneficiam não vêm conseguindo alterar as condições de vida dos assentados, o melhor resultado alcançado é a criação de condições mínimas para sua permanência no campo.

Os assentados, entre outros fatores, caracterizam-se pela produção, onde a unidade econômica é a família, tradição que os acompanha desde que eram moradores, assalariados, posseiros os pequenos produtores. O homem do campo foi acostumado a pensar sua sobrevivência de forma individual ou familiar, pois essa é a tradição que freqüentemente se estabelece onde há convivência simultânea de minifúndio, latifúndio e sem-terra.

Para Holanda (2006), o trabalhador não confia na produção coletiva quando o que se põe em jogo é sua sobrevivência alimentar; pois é de sua responsabilidade individual a manutenção da feira semanal e da reprodução das condições de vida durante todo ciclo agrícola. Ele só se aventura nessas formas de produção quando tem seu espaço de terra garantido pra a manutenção de sua família. Logo, os assentados que escolheram o coletivo puro como forma de produção geraram muitos problemas, pois onde coexiste a forma mista, do individual com o coletivo, esta não funcionará muito bem.

É comum nos documentos de instituições governamentais, e até mesmo em alguns documentos produzidos por representações dos trabalhadores e por escritórios de elaboração de projetos, a concepção de que os assentamentos são uma unidade jurídica, política e econômica, ou seja, uma área de terra limitada (espaço físico-geográfico) que comporta uma unidade produtiva organizada sob o comando dos assentados. Essa concepção se fundamenta no ideal de reforma agrária que faz a sinergia entre política agrária e política agrícola. A política agrária, com o objetivo de promover o acesso à terra, desobstruindo, o longo processo de concentração de terras no país. A política agrícola como instrumento de viabilização das condições objetivas de produção e de desenvolvimento rural; seu objetivo maiúsculo é a organização econômica do país.

Acredita-se que os assentamentos, enquanto unidades produtivas, são potencialmente capazes de evoluírem ao mercado na condição de consumidores e produtores. Para atingirem tal finalidade, devem ser apoiados por uma ação articulada entre capacitação e assistência técnica.

Segundo Holanda (2006), a unidade econômica de produção familiar é possuidora e portadora de peculiaridades em sua forma de reprodução material em sua forma de tratar a questão da lucratividade. Enquanto prática social, ela se orienta pela exigência de satisfazer suas necessidades de consumo.

A categoria salário, como categoria econômica utilizada na economia capitalista, está ausente do sistema econômico de base familiar. Na exploração agrícola familiar, os indivíduos não recebem salário, obtêm como resultado de um ano de trabalho uma quantidade “x” de produtos como renda. Para calcular, nesse sistema, a única renda possível, deve-se acrescentar a essa quantidade “x” os bens materiais que a família adquiriu ao longo do ano e deduzir o dispêndio material no transcurso do mesmo ano. (HOLANDA, 2006).

Portanto, para Holanda (2006), a quantidade de produto do trabalho é determinada pelos seguintes fatores: pelo tamanho (número de pessoas), pela composição familiar (homens, mulheres e crianças) e pela produtividade da unidade de trabalho, ou seja, pelo número de membros capazes de trabalhar e pelo grau de auto-exploração (grau de esforço de trabalho) da família.

Fazendo uma visita a qualquer assentamento do Estado, que recebeu investimentos para aplicar em equipamentos e infra-estrutura produtiva, pudemos observar o uso inadequado de tratores, máquinas e caminhões; abandono de equipamentos e peças em local não apropriado; desperdício de produção excedente; pagamento de mercadoria antes de receber e conferir; compra de mercadoria sem nota fiscal. Será que estes comportamentos se justificam somente pela falta de assistência técnica, capacitação e pelo baixo nível de escolaridade que persiste no meio rural?

A idéia de transformar os assentamentos numa unidade empresarial não é uma aspiração dos assentados do Piauí, é um desejo institucional compartilhado por alguns técnicos e dirigentes. A cultura vigente tem um comportamento sem ambição de mercado: a produção de sobrevivência em áreas de sequeiro, e a produção de culturas sem valor de mercado, mas de grande valor de uso. Pois, se a idéia de transformar os assentamentos numa unidade empresarial é uma idéia que se choca com a cultura sedimentada na consciência dos assentados, como, em nível prático, se efetivará a convivência e aceitação dela por esses mesmos assentados?

A forma tradicional de trabalho do assentado não é vazia de saber. A agricultura praticada por eles é precedida de um saber que muitos chamam de tradicional, costume, crença. Todo processo produtivo, seja broca, destocamento, queimada, limpa, colheita, conserto de cerca, é conduzido por um conhecimento empiricamente acumulado e atualizado.

Portanto, qualquer alternativa de alterar o processo produtivo dos assentados não pode ser feita de forma abrupta.

Um conhecimento técnico não pode ser transmitido de imediato, desconhecendo o conhecimento acumulado pelos assentados. A partir do momento que houver por parte dos técnicos, elaboradores de projetos e orientadores de projetos, a devida paciência histórica, pedagógica e técnica para identificarem e compreenderem o saber sedimentado no imaginário social dos assentados, estará se abrindo a possibilidade para acontecer várias simbioses entre saberes diferentes (da tradição, da técnica e da inovação) na direção de uma melhor qualificação dos padrões produtivos e administrativos que possam conviver com as mutações de uma economia em processo constante de globalização (HOLANDA, 2006).

Dessa forma, segundo Holanda (2006), uma intervenção responsável pode gerar um camponês em tempo parcial, que combina atividades agropecuárias com atividades não agrícolas (turismo ecológico, lazer, serviços, bens de saúde, etc). A partir do momento em que a pequena agricultura familiar diminuir a auto-exploração, o pequeno produtor poderá ter a opção e o tempo para pluriatividade. Nesse caminho, ser livre ou sujeito será tomado em relação a outros pontos e perspectivas abertos por uma conjuntura que agora não temos domínio.

3.1 PROGRAMA NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA (PNRA): IMPLANTAÇÃO DE ASSENTAMENTO

O INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) de acordo com a Instrução Normativa/INCRA nº 15, de 30 de março de 2004, na implantação dos assentamentos de reforma agrária busca (a) garantir a efetiva participação dos assentamentos nas atividades de planejamento e execução das ações relativas ao desenvolvimento territorial; (b) aportar os recursos orçamentários e financeiros preferencialmente de forma global e não fragmentada; (c) garantir a Assistência Técnica desde o início da Implantação do Assentamento, de forma a definir o modelo de exploração da área, organização espacial, moradia, infra-estrutura básica, licenciamento ambiental e serviços sociais; (d) qualificar e adequar as normas ambientais como ação e condição necessária à implantação do Plano de Desenvolvimento do Assentamento - PDA promovendo a exploração racional e sustentável da área e a melhoria de qualidade de vida dos assentados; (e) fortalecer o processo de constituição da capacidade organizativa, com base na cooperação e no associativismo das famílias assentadas; (f) articular e integrar as políticas públicas de assistência técnica,

extensão rural, educação, saúde, cultura, eletrificação rural, saneamento básico, necessárias ao desenvolvimento do projeto de assentamento; (g) possibilitar que as áreas reformadas sejam indutoras do Desenvolvimento Territorial combatendo as causas da fome e da pobreza.

Alguns conceitos e sua abrangência são importantes para entendermos o PNRA (Plano Nacional de Reforma Agrária):

- **Área** destinada à reforma agrária – É o imóvel rural obtido independentemente de sua forma de aquisição, destinado à implantação do projeto de assentamento do programa de reforma agrária, precedida de estudos de viabilidade econômica e de potencialidade dos recursos naturais. É a base sobre a qual se sustentará o assentamento.
- **Candidatos** – São pessoas que desejam ser beneficiárias do programa de reforma agrária, pertencentes ou não a acampamentos de trabalhadores rurais, que venham se cadastrar junto ao INCRA, por iniciativa própria.
- **Beneficiários** – São candidatos selecionados, por critérios definidos, na legislação agrária, regulamentada por normas internas do INCRA, que constituirão a Relação de Beneficiários – RB a serem assentados em determinada área do município ou região.
- **Projeto de assentamento** – Consiste num conjunto de ações, em área destinada à reforma agrária, planejadas de natureza interdisciplinar e multisetorial integradas ao desenvolvimento territorial e regional, definidas com base em diagnósticos precisos acerca do público beneficiário e das áreas a serem trabalhadas, orientadas para utilização racional dos espaços físicos e dos recursos naturais existentes, objetivando a implementação dos sistemas de vivência e produção sustentáveis, na perspectiva do cumprimento da função social da terra e da promoção econômica, social e cultural do trabalhador rural e de seus familiares.

O PNRA (Programa Nacional de Reforma Agrária) utiliza-se de ações e instrumentos para implementação do assentamento. São serviços de iniciativas governamentais e não-governamentais, indispensáveis à promoção do desenvolvimento rural sustentável nos assentamentos, que contemplam ações do âmbito federal, estadual e municipal, com destaque para (a) criação de projetos; (b) cadastro e seleção de candidatos; (c) contrato de concessão de uso; créditos apoio à instalação e aquisição de materiais de construção; (d) serviços que envolve Assessoria Técnica, Social e Ambiental – ATEs (Projeto de Exploração Anual –

PEA, Plano de Desenvolvimento do Assentamento – PDA e Plano de Recuperação do Assentamento – PRA) e Topografia; (b) infra-estrutura básica formada construção de estradas, rede de energia elétrica e abastecimento de água; crédito PRONAF - “A”; supervisão e acompanhamento e manejo de Recursos Naturais.

O processo de criação do Projeto de Assentamento inicia-se com a imissão do INCRA e/ou com a destinação de terras públicas na posse do imóvel, com indicativo da capacidade de famílias a serem assentadas. Após, atendidas ou cumpridas as exigências técnicas e administrativas, a área será destinada ao programa de reforma agrária, por ato do Superintendente Regional, publicado no Diário Oficial da União e registrado no Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária – SIPRA.

A inscrição e o cadastro dos candidatos tem caráter nacional, sendo que o processo seletivo e classificatório é realizado na área sob jurisdição de cada Superintendência Regional – SR, no município ou microrregião, objetivando priorizar o assentamento das famílias localizadas nas respectivas áreas obtidas ou adquiridas para fins de reforma agrária e em áreas vagas nos projetos já existentes, observado o seguinte: a) após ato formal de aprovação do Superintendente Regional, comunidade e demais entidades envolvidas, os candidatos selecionados serão inseridos na Relação de Beneficiários – RB, que conterà os dados do projeto, data da homologação e assinatura do Superintendente Regional e demais responsáveis; b) aos candidatos oriundos de outras instituições governamentais a serem reconhecidos pelo INCRA, excluída a etapa de legitimação, serão aplicados os mesmos procedimentos técnicos e administrativos para seleção de candidatos a beneficiários da reforma agrária no âmbito do INCRA.

Após a criação do assentamento, serão celebrados contratos de concessão de uso entre os assentados e o INCRA, adquirindo os mesmos a condição de beneficiários da reforma agrária, na forma da legislação e do ato normativo interno.

Os créditos na modalidade apoio à instalação e aquisição de material de construção serão concedidos serão concedidos individualmente e aplicados de forma coletiva, ouvidos os assentados, observando-se que sua execução deverá ser orientada e assessorada pelos técnicos do INCRA e das equipes de Assessoria Técnica, Social e Ambiental – ATES, visando promover a segurança alimentar e nutricional e iniciação das atividades produtivas,

necessárias a sua sobrevivência e permanência com dignidade na fase inicial de implantação de projeto.

Os créditos na modalidade apoio à instalação e aquisição de material de construção são concedidos individualmente e aplicados de forma coletiva, ouvidos os assentados, observando-se a) Sua execução deverá ser orientada e assessorada pelos técnicos do INCRA e das equipes de Assessoria Técnica, Social e Ambiental – ATES, visando promover a segurança alimentar e nutricional e iniciação das atividades produtivas, necessárias a sua sobrevivência e permanência com dignidade na fase inicial de implantação de projeto; b) O crédito na modalidade aquisição de materiais de construção para moradia das famílias é aplicado de forma coletiva e individualizado por assentado, devidamente cadastrado na Relação dos Beneficiários – RB, devendo a execução estar de acordo com o estágio de implantação e desenvolvimento do projeto e as especificidades de cada região observada às condições da organização territorial prevista no PDA; c) O crédito na modalidade aquisição de material de construção será implantado diretamente pelo INCRA e através de convênios, como recursos complementares destinados a apoiar o programa de assentamento rural.

Os serviços de ATES como ação prioritária de apoio aos assentados, deverão estar disponibilizados logo após a instalação da família na área, visando proporcionar a troca de informações e experiências, conhecimentos tecnológicos de cunho social e econômico, propiciando o desenvolvimento pleno de suas habilidades, observando-se ainda: a) as equipes de ATES terão atuação junto aos projetos criados e a serem recuperados, segundo o contexto de desenvolvimento rural integrado, a envolver os diversos territórios e biomas, compreendidos pelos diferentes grupos sociais existentes; b) caberá as equipes de ATES a mobilização das famílias visando elaborar e acompanhar a implementação das ações iniciais garantidoras da soberania alimentar e nutricional dos assentados, de acordo com o Projeto de Exploração Anual – PEA, de caráter preliminar, bem assim o Plano do Desenvolvimento do Assentamento - PDA, como ações permanentes a envolverem a partir do planejamento da instalação das famílias até o seu pleno desenvolvimento.

Nas áreas a serem recuperadas o Plano de Recuperação de Assentamento – PRA, deverá assegurar a recuperação do passivo ambiental, social e econômico do projeto de assentamento.

Os serviços de medição e demarcação topográfica compreendem a materialização da organização territorial prevista no PDA, e deverão ocorrer logo após a sua definição ou posteriormente à aprovação do PDA. As atividades de natureza topográfica, executadas de forma direta ou indireta, deverão ser acompanhadas e fiscalizadas em consonância com as normas e parâmetros técnicos vigentes, sendo os produtos resultantes cadastrados no Sistema Nacional de Cadastro Rural – SNCR.

As obras de infra-estrutura básica de projetos de assentamento compreendem as estradas vicinais de acesso e de comunicação interna das parcelas, sistemas de abastecimento de água, rede tronco de energia elétrica e deverão ser planejadas por ocasião da elaboração do PDA, observados os critérios estabelecidos para o planejamento da organização ou territorial da área: a) a execução das obras de infra-estrutura seja de forma direta ou indireta, deverão priorizar a participação dos municípios e governos estaduais, das instituições envolvidas em ações de parceria na reforma agrária, das empresas privadas como alternativa de execução, com vistas à funcionalidade e adequação ao interesse público, bem como redução de custos relativos à implantação, conservação, manutenção e operação do empreendimento; b) caberá ao INCRA designar servidor para o exercício das atribuições de acompanhamento, fiscalização e emissão de termo de recebimento quando da conclusão da obra ou serviço.

O Programa Nacional de Agricultura Familiar – PRONAF foi instituído por Resolução do Conselho Monetário Nacional – CMN e está vinculado à Secretaria de Agricultura Familiar – SAF do MDA.

O PRONAF Grupo “A” visa atender às famílias beneficiárias da reforma agrária, financiando as primeiras atividades de investimento e custeio observado o PDA elaborado, e tem por finalidade a estruturação da unidade familiar dos assentados, visando sua inserção nos mercados locais e regionais, e está fortemente relacionado ao processo de desenvolvimento do assentamento.

A ação de supervisão e acompanhamento, como atribuição de Estado, será feita de forma continuada, seja “in loco” ou através de relatórios periódicos das atividades executadas direta ou indiretamente, para fins de acompanhamento, monitoramento e avaliação contendo, entre outros, fatos relevantes e fundamentais, os pontos positivos alcançados e as dificuldades encontradas, visando o cumprimento e a melhoria dos serviços pactuados em benefícios das famílias beneficiárias do programa de reforma agrária.

O Programa de Crédito Instalação é dividido segundo a Norma de Execução/INCRA nº 53, de 20 dezembro de 2006, em quatro modalidades de créditos e suas concessões são de responsabilidade das Superintendências Regionais do INCRA.

A **modalidade Apoio Inicial** destina-se à segurança alimentar das famílias beneficiadas e ao suprimento de suas necessidades básicas, através da aquisição de bens de consumo essenciais e indispensáveis à qualidade de vida e ao início da fase produtiva do projeto de assentamento. A aplicação dos recursos do crédito admite a aquisição de gêneros alimentícios, medicamentos com prescrição médica, sementes, insumos agrícolas, ferramentas de trabalho, animais para criação e bens de consumo de primeira necessidade, sendo proibida a aquisição de agrotóxicos, bebidas alcoólicas, fumo, armas de fogo e munição.

A **modalidade Aquisição de Materiais de Construção** se destina à construção das habitações rurais nos Projetos de Assentamento e inclui o pagamento de mão-de-obra. A aplicação dos recursos do crédito admite a compra de itens necessários à construção da habitação rural da família no Projeto de Assentamento, inclusive saneamento básico, permitindo-se, também, a utilização dos recursos no pagamento de mão-de-obra em até 15%.

A **modalidade Fomento** é destinado a dar suporte à geração de renda, a fim de garantir a segurança das famílias através do fortalecimento das atividades produtivas no entorno das habitações e experiências do micro-crédito associativo. Sendo que a aplicação dos recursos do crédito admite a aquisição de bens de produção, insumos, mudas certificadas, matrizes e vacas leiteiras e na implantação de projetos coletivos de produção e máquinas agrícolas em condomínio, sendo vedado a aquisição de agrotóxicos. Quando autorizado pelo INCRA Sede, é possível a aplicação em projetos de crédito associativo.

A **modalidade Adicional do Semi-árido** se destina a atender as necessidades de segurança hídrica das famílias dos projetos de assentamento localizados nas áreas circunscritas pelo Semi-árido, reconhecidas pelo IBGE, expostas a freqüente período de estiagem e que necessitem de soluções em captação, armazenamento e distribuição de água, não sendo permitido a utilização em equipamentos de transporte, como carro e caminhão-pipa. A aplicação dos recursos do crédito admite a implantação de obras que visem proporcionar segurança hídrica às famílias, admitindo-se o pagamento de mão-de-obra até o limite de 15% e complementação em ações e programas de combate à seca, quando autorizados pela regional.

A **modalidade Recuperação de Materiais de Construção** se destina às famílias dos projetos de assentamento que apresentam necessidade de melhorias habitacionais apontadas por meio de Laudo Técnico Individual que indique os valores necessários para cada família, a serem investidos na reforma e/ou conclusão da moradia. Podem ser aplicados os recursos do crédito na aquisição de materiais de construção e mão-de-obra até o limite de 15% dos recursos, visando a recuperação de unidades habitacionais existentes, respeitando as indicações do laudo e os valores autorizados caso a caso.

Sinteticamente, os valores, em Reais, disponibilizados para cada modalidade de crédito, considerando o acesso por unidade familiar, estão sumarizados no **Quadro 1**.

Modalidades de Crédito	Valor em R\$ (por família)
Apoio Inicial	2.400,00
Aquisição de Materiais de Construção	5.000,00
Adicional Semi-árido	1.500,00
Fomento*	2.400,00
Recuperação de Materiais de Construção	3.000,00

Quadro 1 – Modalidades de créditos do Programa de Crédito Instalação - 2007.

Fonte: Elaboração própria - dados INCRA (2007)

Nota: (*) Para assentados cujo assentamento tenha sido criado após 1º de janeiro de 2003.

As Superintendências, na pessoa dos Superintendentes Regionais do INCRA são responsáveis diretamente pela aplicação e fiscalização dos recursos públicos destinados ao programa de reforma agrária.

3.2 ASSENTAMENTO SANTA RITA

Adiante serão apresentadas as características do Assentamento Santa Rita, objeto de estudo deste trabalho.

3.2.1 Origem e aspectos geográficos

O Assentamento Santa Rita (ANEXO A), criado em 2000, tem sua área constituída de 13 imóveis contíguos, totalizando 999,3966 ha, localizados nas glebas Santa Rita, na Data Sitio da Conceição, a 15 km da sede do município de Altos, na microrregião de Teresina, região entre rios (ANEXO B) no estado do Piauí. Altos é um município com 958 km² de

extensão territorial e população de 38.949 habitantes. Seu PIB a preço de mercado (2003) é de R\$ 85.790 mil reais.

No início as famílias abrigavam-se sob lonas, enquanto aguardavam a demarcação da área. Os trabalhos em roças itinerantes e demarcação eram feitos pelos homens, enquanto as mulheres, ocupavam-se com a preparação da alimentação. A alimentação era feita sob um grande tamarindeiro no núcleo central do Assentamento.

Com exceção de duas famílias, que residiam em Teresina, todas as demais são originárias do município de Altos. Alguns moravam na periferia da cidade, outros viviam como agregados em outras propriedades. Das cinquenta famílias assentadas, apenas duas não trabalhavam na lavoura.

Na área onde foi criado o Assentamento Santa Rita há uma diversidade de recursos naturais que se estendem através de seus aspectos físicos e geográficos que a partir de agora serão informadas.

Segundo a classificação de Koppen, o município de Altos possui clima do tipo AW e AW', ou seja, tropical magatérmico, um dos mais quentes do Brasil e subúmido do tipo seco. Caracterizado por estação seca de seis a sete meses, com precipitação médio anual de 1.300 mm, indicando haver déficit hídrico no período de junho a dezembro superior a 400 mm. As necessidades ambientais de água são muito elevadas, 1700 mm, anuais, em média. O período chuvoso inicia-se normalmente em dezembro, prolongando-se até abril e com maior intensidade nos meses de fevereiro a abril.

As temperaturas são geralmente elevadas durante o ano todo, com média anual em torno de 27,5°C e médias mensais variando entre 26 e 29,5°C. O clima do Assentamento Santa Rita deriva do clima do município de Altos.

As informações de pluviometria disponíveis – distribuição anual das chuvas – refere-se ao município de Teresina, neste trabalho os dados são extrapolados para o município de Altos, tendo em vista a proximidade entre os municípios (42 Km) e por estarem localizados na mesma região geográfica.

Na área do Assentamento Santa Rita ocorrem quatro tipos básicos de relevo: plano (597,64 ha), suave ondulado (173,0957 ha), ondulado (32,2805 há) e forte ondulado (64,9608

ha), com vales e encostas íngrimes. Além das áreas de uso restrito (72,00 ha) e preservação permanente (17,40 há). Identifica-se o relevo da área do Assentamento Santa Rita como plano (60%) a suave ondulado (17%).

Segundo o “Estudo das Potencialidades, Investimentos e Reflorestamento no Vale do Médio e Baixo Parnaíba” editado pela Fundação CEPRO - PI, a profundidade média do lençol aquífero da região de Altos é de 103,4 m, com vazão média de 5.500 l/h, sendo o aquífero do tipo livre e com formação geológica do tipo pedra de fogo.

A vegetação é caracterizada como floresta subcaducifólia dicótilo-palmácea (babaçual ou com babaçu), transição floresta subcaducifólia/cerrado com e sem babaçu, floresta caducifólia, transição floresta caducifólia/cerrado e cerrado subcaducifólio.

Na área do Assentamento, além do babaçu, pode-se observar as espécies: unha de gato, canaleiro, angico, cedro, sapucarana, faveira, pau d’arco, mirindiba, jacarandá, jucá, gitirana, mufumbo, tuturubá, muta, taboca e outras.

Em relação aos fatores edafo-climáticos de influencia no uso das terras, a área do Assentamento Santa Rita apresenta como principal limitação o clima, caracterizando por estação seca de seis a sete meses, com precipitação média anual de 1300mm, indicando haver déficit no período de junho a dezembro. Predominam temperaturas elevadas durante todo o ano, com média anual em torno de 27,5°C.

Quanto aos solos identificados na área, de um modo geral, são latossolos de média a baixa fertilidade natural. O relevo é plano e suave ondulado, no entanto com risco de erosão em alguma áreas, face ao relevo que apresenta-se de forma ondulado a forte ondulado. São solos com potencialidades agrícolas para o cultivo de arroz, milho, feijão, mandioca, fruticultura irrigada e pastagens adaptadas à região.

Os recursos naturais existentes no Assentamento, do modo geral, são bem conservados, no entanto, áreas de morros foram desmatadas pelo antigo proprietário, para serem exploradas com pastagem. Há também uma área significativa que foi desmatada para a construção de um açude.

Excluídas as áreas de reserva legal, preservação permanente e dos cinquenta lotes da graviola; a área média por família residente em Santa Rita é de 15,1422 ha; isso sem incluir as áreas de construção coletiva e estradas.

Nos quintais observou-se, principalmente, o cultivo de feijão e milho e alguns canteiros; sendo poucas as fruteiras plantadas até o momento.

O extrativismo pouco contribui na renda anual das famílias de Santa Rita, contudo, são explorados basicamente:

- O babaçu, sendo a palha utilizada na construção de residências, a amêndoa na fabricação de azeite e a casca do coco na fabricação de carvão. O azeite produzido é quase exclusivamente para o consumo familiar
- A taboca para fabricação de jacás, comercializados na feira de Altos;

A caça, que apesar de pouco significativa ainda é praticada. Segundo relatos é raro encontrar animais silvestres na área do Assentamento.

Quanto às áreas de reserva legal ou preservação permanente, elas representam 20% da área total do assentamento. Para uma melhor visualização dos aspectos geográficos no Assentamento Santa Rita observar ANEXO D.

O assentamento possui área total de 999,3666 ha (**Quadro 2**) e 21.529,89 m de perímetro, sendo quase todo cercado.

Tipo de área	Valores em hectares
Área total	999,3966
Área de reserva legal	199,8793
Área de preservação permanente	17,4077
Área dos lotes da graviola (50 lotes)	25,0000

Quadro 2 - Estrutura física do Assentamento
Fonte: CEPAC (2001).

3.2.2 Gastos com a Desapropriação do Imóvel

Quanto ao gastos com a desapropriação (**Quadro 3**) para beneficiar as famílias em Santa Rita, os recursos aplicados levaram em conta, o valor da terra nua e das benfeitorias,

pagos na desapropriação que foi de R\$ 99.119,10 (noventa e nove mil e cento e dezenove reais e dez centavos).

Descrição do item	Valores em R\$
Valor da terra nua	39.975,92
Valor das benfeitorias	59.143,18
Valor total do imóvel	99.119,10
Custo/Família	1.982,38

Quadro 3 – valor da desapropriação.

Fonte: INCRA (2001)

O principal patrimônio produtivo de Santa Rita é a terra, que serve como indicador do potencial da capacidade de produção do assentamento para a geração de renda e melhoria da qualidade de vida.

3.2.3 Organização social

A nova conjuntura, a sua condição de assentado, obriga os trabalhadores rurais a intensificar experiências que, na sua situação de vida anterior, dificilmente ocorreriam. Passam a organizar-se, procurar os poderes públicos, demandar, pressionar, negociar, enfim um amplo espectro de atividades que os colocam frente ao exercício da participação política (HOLANDA,2006) .

As associações são a forma predominante de organização representativa dos assentados. Sua existência é praticamente obrigatória, pois, como personalidades jurídicas dos assentamentos, viabilizam os contatos com organismos de estado e outras agências, no sentido de reivindicar direitos e ter acesso à políticas públicas que sua disponibilidade está condicionada a existência das Associações.

Através da orientação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais - STR de Altos, foi criada em 12 de junho de 2000, a Associação Comunitária de Desenvolvimento dos Produtores Rurais do Assentamento Santa Rita – ACOMDEPRASAR.

Os assentados mantêm boa relação com o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais/STTR-Altos, tendo dentre esses vários sindicalizados. Registre-se que o Sindicato é a única instituição que mantém algum tipo de acompanhamento às famílias assentadas, com visitas periódicas de diretores da entidade ao Assentamento.

O Assentamento está organizado em um núcleo central composto por quatro ruas e quarenta residências e outro núcleo menor, na antiga gleba Paraíso, composto por uma única rua com quatro residências.

A organização espacial da Agrovila ANEXO C é muito dispersa, os lotes residenciais possuem a dimensão de 50 metros de frente por 100m de fundo (0,5 ha), isso faz com que as casas sejam muito distantes umas das outras.

3.2.4 Relações de comércio no Assentamento Santa Rita

As relações de comércio funcionam nos moldes tradicionais em que envolvem assentados e “atravessadores”, numa relação de dependência e subordinação daqueles a estes. Esta prática, ainda ocupa um lugar central no processo de comercialização agrícola das área do Assentamento Santa Rita, inclusive no projeto de agricultura irrigada (milho e melancia). Em parte, porque o assentado tem medo de se ver deixado à própria sorte pelo “atravessador”, que lhe compra regularmente a produção, garantindo-lhe, bem ou mal, a sobrevivência, tolhe os seus movimentos e refreia seus possíveis desejos de buscar outras alternativas de comercialização (HOLANDA, 2006).

As famílias assentadas em Santa Rita participam da política de mercado do município de Altos, É neste mercado, que as famílias assentadas fazem sua feira semanal, aos sábados .

Na feira do artesanato comercializa-se: vassouras, chicote, baladeria, jacá, cesta, ancoretta, abano, chapéu, fibra (embira) de tucum. Embora a maioria destes produtos seja proveniente do município, algumas famílias do Assentamento participam desta feira, vendendo seu produtos: jacás de taboca.

No setor de vestuário e calçados, os produtos são comercializados em lojas, tabuleiros e bancas. Os produtos que circulam, são oriundos de outros centros (Fortaleza, Teresina e Caruaru), em sua maioria. Foi identificada a produção de confecção, em pequena escala, do próprio município. Os consumidores deste setor são das comunidades rurais e da periferia da cidade.

O mercado local está circunscrito ao município onde está localizado o assentamento, enquanto o mercado regional se refere aos municípios da microrregião geográfica onde está localizado o assentamento, ou eventualmente, até mesmo municípios de outras microrregiões.

3.2.5 Renda das famílias do Assentamento Santa Rita

Segundo os dados fornecidos pelo INCRA/PI, o cálculo da renda baseou-se na identificação da despesa familiar, incluindo as verificadas com a alimentação produzida pela família (roça), mais o dinheiro necessário à aquisição dos demais itens adquiridos na feira, finalizando com a inclusão de outras despesas: vestuário, transporte, saúde, educação, lazer.

No assentamento há uma variedade de estratégias de reprodução econômica: aposentadorias e pensões complementadas com a agricultura de subsistência ou para comercialização; complementação da renda familiar com a renda dos filhos que trabalham em atividades não-agrícolas; cônjuges que se dedicam a atividades não-agrícolas.

As atividades não agrícolas desenvolvidas pelas famílias de Santa Rita são as de artesanato, comércio, feira livre (em Altos), transporte com animal de serviço e assalariamento (em Altos). O artesanato existente refere-se à fabricação de jacás, cuja matéria-prima é a taboca.

Apesar das famílias assentadas terem recebido os créditos apoio inicial, habitação e PRONAF-A (aqueles que fizeram opção por este crédito), o nível de renda das famílias de Santa Rita é baixo. Sendo que um das principais fontes de reforço a renda provém de aposentadorias e pensões do INSS que alguns integrantes de algumas famílias recebem, renda essa que assegura um mínimo de condições para as mesmas. Aqueles que não possuem rendimentos de aposentadorias sobrevivem da agricultura e da venda de mão-de-obra dentro ou fora do Assentamento, seja como diarista, na feira ou atividade assalariada ou ainda de ajuda externa de parente que periodicamente enviam pequenas quantias de dinheiro.

Neste cenário, os assentados às vezes perdem até seu próprio referencial, tendo conflitos entre si, apenas ficam unidos pelo sonho de possuir sua própria terra. Mas a falta de experiência com a própria terra, em alguns casos, ou até mesmo de ainda não se sentirem donos da terra, dificulta sua própria identificação. Sabendo-se que não vale a pena desistir das terras, pois o próprio mercado exclui pessoas despreparadas, sendo que poucos assentados tem primeiro grau e a sua maioria sabe apenas assinar o nome.

3.2.6 Mão-de-obra e relações de trabalho

A oferta de trabalho no Assentamento é permanente o ano inteiro, porém a grande limitação com relação à ocupação de mão-de-obra é a remuneração concentrada apenas no período após a colheita, três meses do ano – maio, junho e julho; ficando o restante do ano descoberto de remuneração e as famílias dispendo apenas do limitado estoque de arroz, milho, feijão, farinha e número reduzido de aves e suínos para garantir a alimentação, durante o ano.

É comum a venda de mão-de-obra (diárias) para produtores vizinhos ao Assentamento. A remuneração pelo serviço é em torno de R \$ 10,00 a 15,00.

Vivem em situação mais vantajosa as famílias que contam em sua renda familiar com aposentadorias do INSS. Em Santa Rita, tem outra vantagem quem desenvolve alguma atividade não agrícola, como é o caso de feirantes e de alguns assalariados.

As relações de trabalho podem ser classificadas como relativamente autônomas e familiar, sendo que cada família faz o seu roçado, porém é entre elas a prática de troca de diárias, o que supre a necessidade de contratação de mão-de-obra complementar.

Nas atividades diárias das mulheres no Assentamento Santa Rita, elas acumulam as tarefas de cuidar da casa (cozinhar, lavar e carregar água), cuidar das crianças e quebrar coco, com algumas tarefas na roça auxiliando o esposo ou filhos.

Os sistemas produtivos identificados em Santa Rita (agricultura, criatório e extrativismo), representam a principal composição da renda das famílias, em muitos casos, a única forma de ocupação da mão de obra disponível.

A produtividade alcançada pelos assentamentos não pode ser desvinculada do acesso à assistência técnica e do padrão tecnológico adotado pelos assentados.

O leite produzido no assentamento é destinado à venda, sendo o restante consumido internamente pelas famílias dos assentados. Além do rebanho bovino, os assentados também possuem criações de caprino, ovino e suíno. Alguns possuem equinos e muares, utilizados como animais de carga – principalmente no transporte da mandioca em raiz, do lote até a casa de farinha - e criam galinha caipira ou de capoeira, atividade esta voltada basicamente para o auto-consumo.

Em virtude da capacidade dos solos, recursos hídricos, proximidade de rede de energia elétrica e dos centros consumidores de Altos, José de Freitas, Campo Maior e Teresina, tornou-se viável a implantação da agricultura irrigada no Assentamento.

3.2.7 Uso atual da terra pelos assentados

No assentamento SANTA RITA predomina uma agricultura de base familiar, onde maior parte dos produtos agrícolas cultivados são voltados mais para o consumo familiar. Os mais importantes são o feijão, o milho e a mandioca. As famílias, em geral, plantam 2,4 linhas (072 há) de roça.

A área explorada com lavouras irrigadas corresponde a área é 4,5 ha, onde são plantados milho e melancia, no sistema de rotação de culturas. Nove agricultores familiares dividem o lote servido por sistema de irrigação por aspersão em duas áreas, uma de 2,0 há e outra de 2,5 ha. Cultivam milho em uma e melancia em outra, fazendo rotação destes cultivos durante o ano.

O uso de instalações, máquinas, equipamentos agrícolas e é feito individualmente pelo assentado ou por outro produtor, pagando uma determinada quantia a título de aluguel; inclusive, aqueles pertencentes a todos, mas administrados pela associação, a exemplo das casas de farinha comunitárias.

As sementes usadas nos plantios, principalmente das culturas irrigadas, são selecionadas e/ou certificadas. Porém, a “maniva” é retirada da própria roça de mandioca. A produção de farinha é destinada à venda e o restante consumida internamente pelos assentados.

A criação do gado está voltada basicamente para a produção de leite, em sua maioria destinado à alimentação das famílias assentadas, ocorrendo a venda de animais em momentos de “precisão”, visando saldar dívidas, ou quando torna-se necessário fazer o descarte, evitando o excesso de animais em relação à capacidade de carga do pasto.

Há no assentamento uma carência de infra-estrutura nos lotes dado que entre as instalações estão incluídas aquelas utilizadas para criação animal (como curral, galinheiro, chiqueiro, pasto cercado, etc.), para armazenamento de água (açudes, tanques, etc.), para secagem e armazenamento da produção (galpões, terreiros, barracões), para beneficiamento da produção, entre outras.

O Assentamento dispõem de sistema de energia elétrica e sistema de abastecimento de água encanada. Outros recursos hídricos disponíveis no Assentamento são constituídos de dois poços de uso coletivo, ambos do tipo caçimbão, dentro de um dos poços existe um poço tubular desativado.

O Assentamento Santa Rita não possui infra-estrutura de beneficiamento da produção de coco babaçu. As estruturas de beneficiamento mais próximas são da vizinha Comunidade Prata, onde algumas mulheres levam a amêndoa do coco para ser triturado para extrair o azeite.

3.2.8 Perfil das famílias assentadas

As famílias dos assentados são numerosas e basicamente do tipo nuclear, isto é, formadas pelo pai, mãe e filhos, e bastante numerosas com a presença de outros parentes e de outras pessoas, como noras e genros. A família, levando em conta as peculiaridades de composição, é considerada tanto o ocupante do lote que é sozinho - solteiro ou não - como o conjunto de pessoas que dividem, permanentemente ou não, com o assentado, o mesmo teto, tendo com ele relações de parentesco em diferentes graus.

O baixo nível de instrução dos assentados é um problema grave encontrado na área do Assentamento. Apesar da impropriedade de se atribuir única e exclusivamente à ausência ou baixo nível de instrução dos assentados, a pouca ou nenhuma utilização do progresso técnico na exploração dos lotes, não há dúvida de que a falta de qualificação constitui um problema para que a exploração do lote possa ser melhor conduzida, proporcionando uma elevação na produtividade do trabalho e uma maior racionalidade no trato com a terra, a exemplo do manejo dos equipamentos de irrigação.

3.2.9 Acesso ao Crédito

O Programa Nacional de Reforma Agrária dispões de créditos de auxílio ao assentado para estabelecer-se no Assentamento para depois caminhar por conta própria. São os créditos do Programa de Crédito Instalação que se divide nas modalidades Apoio Inicial, Aquisição para Material de Construção, Fomento, Adicional de Semi-árido e Recuperação Material de Construção.

Todos os assentados do Assentamento Santa Rita tiveram acesso ao Crédito de Instalação Apoio Inicial no valor de 2.400,00 por família, totalizando recursos públicos no montante de R\$ 129.600,00. Este crédito se destina à segurança alimentar das famílias beneficiadas e ao suprimento de suas necessidades básicas, através da aquisição de bens de consumo essenciais e insensíveis à qualidade de vida e ao início da fase produtiva do projeto de assentamento.

Apenas 05 (cinco) assentados havia recebido Crédito Instalação na modalidade Aquisição para Material de Construção no valor de R\$ 5.000,00, num total de R\$ 25.000,00. A modalidade Aquisição de Material de Construção se destina à construção das habitações rurais nos Projetos de Assentamento e inclui o pagamento de mão-de-obra.

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura familiar (PRONAF), disponibiliza crédito de produção, que favorece, entre outros, as famílias beneficiárias de reforma agrária, através do PRONAF grupo A. Este crédito financia as primeiras atividades de investimento e custeio observado o PDA elaborado, e tem por finalidade a estruturação da unidade familiar dos assentados, visando sua inserção nos mercados locais e regionais.

No período delimitado para a análise verificou-se que 37 famílias assentadas tiveram acesso a linha de crédito PRONAF-A, sendo destinado a cada um R\$ 13.000,00 (Treze mil reais). A soma dos recursos aplicados totaliza neste caso, R\$ 481.000,00. O recurso disponibilizado por este crédito impulsiona um conjunto de atividades locais, aumenta a circulação monetária no assentamento e no município. É estabelecido um diálogo direto e particular com o Estado, por meio de suas políticas públicas, e com os agentes financeiros e intermediadores de crédito.

Recursos	Valor em R\$
Apoio Inicial	129.600,00
Aquisição Materiais de Construção	25.000,00
PRONAF-A	481.000,00
Total	635.600,00

Quadro 4 - Recursos públicos investidos no Assentamento Santa Rita até 2005.

Fonte: INCRA/PI (2007).

A principal queixa dos assentados diz respeito ao atraso na liberação dos recursos, fato que na agricultura compromete significativamente os resultados, pois os recursos não chegam no momento do ciclo agrícola em que são mais necessários.

O acesso à terra e aos créditos permite às famílias dos assentados uma maior estabilidade, e rearranjos nas estratégias de reprodução familiar que resultam, de modo geral, em uma melhoria dos rendimentos e das condições de vida, especialmente quando se considera a situação de pobreza e exclusão social que caracterizava muitas dessas famílias anteriormente ao seu ingresso nos projetos de assentamento.

4 METODOLOGIA

Este trabalho analisa o impacto dos créditos do Programa de Crédito de Instalação¹¹ e do PRONAF-A sobre a renda domiciliar dos trabalhadores rurais do Assentamento Santa Rita no município de Altos, Piauí.

A população deste trabalho refere-se ao conjunto dos assentamentos do município de Altos¹², que foram beneficiados por créditos do Programa de Crédito de Instalação e pelo PRONAF-A. No município há um total de 16 assentamentos cadastrados no INCRA, entretanto, apenas os seis citados possuem histórico consolidado, ao longo do período em estudo, de beneficiamento pelos referidos Programas, sendo o assentamento de Santa Rita o que possuía uma base de dados mais completa.

A base de informações do INCRA/PI (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária do Piauí) mostra que o Piauí possui 398 assentamentos até janeiro de 2007, mas o município de Altos foi o que apresentava informações mais detalhadas e completas na base de dados. Os outros municípios do Estado, não apresentavam homogeneidade no conjunto de informações do banco de dados do INCRA. Além disso, o município apresenta grande concentração de assentamentos em sua “pequena” extensão territorial, boa organização espacial e social e proximidade a Capital do Estado.

Em Santa Rita as famílias residentes foram contempladas com os recursos do Programa de Crédito de Instalação na modalidade Apoio Inicial. Parte delas recebeu o crédito de Aquisição de Materiais de Construção e a maioria foram beneficiadas pelos créditos do PRONAF-A no período de referência do estudo.

Os Programas analisados têm incidência direta sobre a renda nos assentamentos. É importante ressaltar que outros gastos do Governo com infra-estrutura, assistência técnica, supervisão, acompanhamento e manejos de recursos, etc., apesar de importantes, têm incidência indireta sobre a renda dos beneficiários nos assentamentos.

¹¹ Incluem recursos de Apoio Inicial, Aquisição para Material de Construção, Fomento, Adicional de Semi-árido e Recuperação Material de Construção.

¹² Os assentamentos beneficiados são Baixinha/Quilombo, Floresta, Quilombo, Retiro Capão de Coco, Quilombo IV e Santa Rita.

Antes da análise dos impactos dos referidos Programas, fez-se necessária uma investigação geral do assentamento Santa Rita. Nesta reúnem-se aspectos referentes a sua origem, condições geográficas, organização social, relações de comércio, características da mão-de-obra e relações de trabalho e, informações sobre a renda das famílias e de acesso ao crédito.

As informações necessárias para a investigação no Assentamento analisado foram coletadas no Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA) elaborado pelo CEPAC (Centro Piauiense de Ação Cultural) e disponibilizado pelo INCRA do Estado. Coletou-se, também, informações no STTR (Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais) de Altos, instituição sindical que acompanha o assentamento, e empresa SOL CONSULTORIA, responsável pela assistência técnica no Assentamento. Além disso, obtiveram-se informações referentes aos créditos do Assentamento, nos relatórios disponibilizados pelo Setor de Créditos do INCRA.

Os dados necessários ao estudo foram obtidos através do SIPRA (Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária) administrado pelo INCRA-PI. O Sistema consolida informações de perfil do chefe do domicílio, assim como de seus dependentes, renda domiciliar, nível de escolaridade, além de outros dados da unidade familiar.

Quanto a análise do impacto dos créditos dos Programas sobre a renda domiciliar dos trabalhadores rurais no Assentamento analisado, construíram-se testes estatísticos considerando o ano de 2001 e 2005. Tais testes compõem a base metodológica para se verificar se houve alocação eficiente de recursos públicos neste programa, tanto em sua evolução temporal, quanto comparado com o PRONAF e com produtores não beneficiados com programas governamentais. A fim de padronizar os valores monetários, tomou-se 2005 como ano base, corrigidos pelo IPCA

Utilizaram-se três bases de dados distintas retratando os anos de 2001 e 2005:

- A base da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), cujos dados amostrais relatam indivíduos que não receberam nenhuma espécie de auxílio;
- A base do PRONAF-A, cujos dados amostrais relatam todos os indivíduos auxiliados por este programa nos seis Assentamentos selecionados no município de Altos e;

- A base do Assentamento SANTA RITA, cujos dados relatam, exclusivamente, os indivíduos deste assentamento que receberam auxílio do Programa de Crédito Instalação e do Programa Nacional de Agricultura Familiar.

Pode-se analisar, estatisticamente, se os créditos dos Programas em Santa Rita, realmente incrementaram a renda média domiciliar (principalmente), a área cultivada, os anos de estudo do chefe da família e do número de membros da família, entre dois períodos, através de um teste de hipóteses.

Tendo em vista o tamanho das amostras ser de elevada magnitude, foi assumido, com base no Teorema do Limite Central, a seguinte hipótese:

Seja uma das variáveis, $X_i \approx (\mu_i; \sigma_i^2)$, então, $\lim_{n \rightarrow \infty} \frac{\bar{X}_i - \mu_i}{\sigma_{\bar{x}_i}} \approx N(0;1)$

onde o subscrito $i=1$ representa o ano de 2001 e o subscrito $i=2$ representa o ano de 2005. Podemos, então, testar a hipótese nula $H_0 : \mu_1 = \mu_2$ contra a alternativa $H_A : \mu_1 < \mu_2$. Ou seja, basta realizarmos um teste unilateral para um nível de significância α formulando uma estatística de teste de modo que:

$$t = \frac{(\bar{x}_1 - \bar{x}_2) - (\mu_1 - \mu_2)_{H_0}}{\hat{\sigma}_{\bar{x}_2 - \bar{x}_1}} = \frac{(\bar{x}_1 - \bar{x}_2)}{\sqrt{\frac{\sigma_2^2}{n_2} + \frac{\sigma_1^2}{n_1}}}$$

Seja t_{α, n_1+n_2-2} o valor tabulado para distribuição t ao nível de $\alpha\%$ de significância, então, caso $t \leq -t_{\alpha, n_1+n_2-2}$ devemos rejeitar a hipótese nula em favor da alternativa, ou seja, obteve-se um crescimento da média variável em análise, podendo-se concluir que os recursos governamentais geraram eficiência nos retornos dos produtores.

Pode-se realizar este mesmo teste de hipóteses para fazer-se uma análise comparativa com o PRONAF e com produtores destituídos de assistência governamental, cujos dados são oriundos da PNAD.

Fez-se também uma comparação das médias populacionais de uma variável para o mesmo período analisado, considerando amostras distintas de dados. Por exemplo, verificou-se a média da renda domiciliar da PNAD é maior do que a da PRONAF. O procedimento para este teste é análogo ao descrito acima. Quando o valor da estatística foi maior que o valor crítico, rejeitou-se a hipótese nula, gerando evidências de que a média de uma determinada população seria maior que a da outra, ou seja, $\mu_2 > \mu_1$.

5 ANÁLISE DOS RESULTADOS

5.1 IMPACTO DOS CRÉDITOS DOS PROGRAMAS EM SANTA RITA - TESTES ESTATÍSTICOS

As estatísticas de teste para as variáveis em análise, considerando as diferentes amostras selecionadas na PNAD, no PRONAF-A para os seis assentamentos destacados do município de Altos e, no Assentamento Santa Rita, são apresentadas na Tabela 1.

Tabela 1 - Estatísticas de Teste

Base de dados	V1	V2
PNAD	11,2291	- 1,7762
PRONAF-A	- 7,1283	1,1167
Santa Rita	- 9,0319	- 1,3444

Fonte: Cálculos do autor baseado nos dados de PNAD, PRONAF-A E SANTA RITA (2001 – 2005)

(α ; - t_α): (10%, -1,28) ; (5%, -1,645) ; (1%, -2,33)

(α ; - t_α): (10%, -2,40) ; (5%, -2,68)

Onde V1 e V2, denotam as seguintes médias:

- V1 - Renda Domiciliar Mensal;
- V2 - Anos de Estudo do Chefe da Família.

O resultado dos testes de hipóteses revela que, ao nível de 5% de significância, a renda média domiciliar mensal (Estatística para V1) não cresceu para a base de dados da PNAD, pois não se deve rejeitar a hipótese nula para um nível de 5% de significância estatística. Nota-se, entretanto que, tanto para o PRONAF-A quanto para o Assentamento Santa Rita deve-se rejeitar a hipótese de que não ocorreu crescimento na média da renda domiciliar mensal. Portanto, estatisticamente, ao nível de 5% de significância, o Assentamento Santa Rita teve resultado satisfatório no tocante ao incremento de renda dos indivíduos em virtude dos créditos dos Programas analisados nos anos de referência.

Em relação à educação, a hipótese alternativa de que houve aumento nos anos de estudo dos chefes de família (Estatística de V2) só não deve ser rejeitada para a base de dados da PNAD (deve-se rejeitar a hipótese nula ao nível de 5%). Para as bases de dados restantes, rejeita-se a hipótese nula até mesmo para 10% de significância estatística, ou seja, não deve ter havido crescimento dos anos de estudo dos chefes de família que receberam o auxílio do programa nacional de agricultura familiar.

Na comparação das médias amostrais de uma variável para um mesmo período, considerando amostras distintas de dados (PNAD, PRONAF-A e Santa Rita), realizaram-se três comparações entre as médias amostrais das variáveis em análise, tanto para o ano de 2001 quanto para 2005. Verificou-se, por exemplo, se a média amostral da renda mensal domiciliar da PNAD é maior que a do PRONAF em 2001 e em 2005.

Para tanto, testou-se μ_1 vs μ_2 . Se o valor da estatística for menor que o valor crítico, deve-se rejeitar a hipótese nula e ter-se-á evidências de que a média amostral de uma determinada variável para uma amostra será maior que para outra amostra, sendo $\mu_2 > \mu_1$.

As estatísticas de teste e os valores críticos para as três comparações são expostas na **Tabela 2**.

Tabela 2 - Estatísticas de Teste e Valores Críticos para Comparação entre Médias de diferentes bases de Dados

μ_1 vs μ_2	Anos	V1	V2	V. Críticos 5%
PNAD vs PRONAF-A	2001	9,298	-4,805	-1,645
	2005	-9,504	-2,319	
PRONAF-A vs Sta Rita	2001	2,220	0,116	-2,605
	2005	0,870	-2,607	
PNAD vs Sta Rita	2001	4,580	-2,675	-2,576
	2005	-2,241	-3,030	

Fonte: Baseado nos dados de PNAD, PRONAF E SANTA RITA (2001 – 2005).

Em relação à média amostral da Renda Domiciliar Mensal (V1), durante o ano de 2001, a mesma advinda dos dados do PRONAF-A, que as pessoas receberam créditos dos Programas, não deveria ter sido maior que a dos dados da PNAD, que os indivíduos não tiveram auxílio de créditos. Já em 2005, a média amostral da Renda Domiciliar Mensal (variável V1) dos dados sumarizados pelo PRONAF-A mostrou-se maior do que a dos dados da PNAD, gerando, assim um bom resultado. Com relação a V2, a amostra do PRONAF-A é melhor do que a da PNAD tanto para 2001 como para 2005.

Na comparação entre PRONAF-A Santa Rita, considerando a variável V1 os dados levam a não rejeição da hipótese nula tanto em 2001 quanto em 2005. Já para V2 (anos de estudo do chefe da família), em 2001, não se pode inferir que a média amostral de Santa Rita superou a do PRONAF-A, já em 2005, Santa Rita apresenta uma melhoria, pequena ou quase nula, pois a estatística de teste está quase igual ao valor crítico, em relação ao PRONAF-A, isto sugere que pode ter havido uma melhoria no ensino dos Chefes de domicílios em Santa Rita, em relação ao total de auxiliados pelo PRONAF-A.

Quanto a comparação entre PNAD e Santa Rita, verifica-se que na V1 (Renda Domiciliar Mensal) rejeita-se que a média da amostra de Santa Rita seja maior que a da PNAD em 2001 e em 2005. Em relação a V2 (Anos de Estudo do Chefe da Família), a média amostral de Santa Rita revela supremacia em relação à da PNAD tanto em 2001 quanto em 2005, ou seja, o pessoal que recebeu auxílio em Santa Rita possui, em média, mais anos de estudo do que a amostra complementar (quem não recebeu auxílio).

CONCLUSÕES

O Assentamento Santa Rita localiza-se em uma região com alta precipitação pluviométrica concentrada em poucos meses do ano, gerando um período seco de sete a seis meses. A temperatura média anual é de 27,5° C e o relevo é predominantemente plano. A vegetação é característica de uma zona de transição do úmido para o semi-árido. Quanto aos solos, de um modo geral, são latossolos, de média a baixa fertilidade natural. Os recursos naturais existentes no Assentamento, em geral, são bem conservados, no entanto, áreas de morros foram desmatadas pelo antigo proprietário, para serem exploradas com pastagem. Há também uma área significativa que foi desmatada para a construção de um açude.

As características do assentamento Santa Rita revelaram que, o mesmo, possui área total de 999,3666 ha. A população residente é predominantemente jovem e adulta, tendo apenas 3% de idosos. As associações são a forma predominante de organização representativa dos assentados.

A principal forma de ocupação das famílias assentadas no Assentamentos é a roça itinerante com cultivos de arroz, milho, feijão, mandioca, fruticultura irrigada. Além disso, existem áreas de pastagens para criação de gado como fonte de alimento e leite. O extrativismo pouco contribui na renda anual das famílias de Santa Rita e a caça, apesar de pouco significativa, ainda é praticada.

As famílias assentadas em Santa Rita participam da política e da economia do município de Altos, fazendo suas feiras semanais e também participando do comércio através da venda de artesanatos que elas produzem, tais como vassouras da palha de carnaúba, chicotes, jacás, cestos, cordas, chapéus, etc.

Deve-se ressaltar, que todos os assentados receberam Crédito de Instalação - Apoio Inicial do Programa Nacional de Reforma Agrária e grande parte das famílias receberam créditos do PRONAF-A. Apesar das famílias assentadas terem recebido os créditos apoio inicial, habitação e PRONAF-A (aqueles que fizeram opção por este crédito), o nível de renda das famílias de Santa Rita é baixo. Uma das principais fontes de reforço a renda provém de aposentadorias e pensões do INSS, que alguns integrantes de algumas famílias recebem. Aqueles que não possuem rendimentos de aposentadorias sobrevivem da agricultura e da venda de mão-de-obra dentro ou fora do Assentamento, seja como diarista, na feira ou

atividade assalariada ou ainda de ajuda externa de parente que periodicamente enviam pequenas quantias de dinheiro.

Destaca-se que no Assentamento há, ainda, uma carência de infra-estrutura nos lotes, mesmo dispondo de sistema de energia elétrica e de abastecimento de água encanada. Além disso, o baixo nível de instrução dos assentados é um problema predominante.

Os agricultores familiares assentados são, a priori, beneficiados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária – PNRA, programa social que objetiva reduzir o problema da “perversa” desigualdade de distribuição de terra, no combate desta injustiça social, redeenhando a estrutura fundiária do Brasil.

A criação dos assentamentos através do Programa Nacional de Reforma Agrária permite uma maior estabilidade e rearranjos nas estratégias de reprodução familiar dos assentados que resultaram em uma melhoria nas suas condições de vida, aumentando sua capacidade de consumo, não só de gêneros alimentícios, mas também de bens de consumo em geral, eletrodomésticos, insumos e implementos agrícolas. Com isso, acabam atuando como dinamizadores do comércio local, fato que se acentua nos casos de elevada concentração de assentados.

Historicamente, as políticas públicas beneficiaram em particular os grandes latifundiários, em detrimento dos pequenos agricultores e agricultores familiares, que quase sempre ficaram sem apoio institucional. Uma das propostas de mudança, considerando-se essa realidade envolve a adequação das linhas de crédito e subsídios à realidade do agricultor familiar no Brasil. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, fruto de lutas sociais dos trabalhadores rurais através de suas entidades representativas e da incorporação do Estado – reforçou e consolidou esta proposta. O PRONAF vem sendo modificado e ajustado no intuito de melhor assistir o agricultor familiar. Programa social que se traduz numa forma de redistribuição renda, com foco na redução da pobreza rural.

Os assentados com base nos recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, modalidade para assentamentos, introduzem inovações no beneficiamento de produtos agrícolas e nas formas de comercialização. A condição de assentado possibilitou a essa população, pela primeira vez, o acesso ao crédito para produção,

ainda que essa integração ao mercado financeiro esteja marcada por um conjunto significativo de dificuldades. O volume de crédito que circula em função dos assentamentos traz também impactos no comércio local e regional, bem como na dinamização de atividades como a construção civil.

Porém, mesmo verificando mudanças trazidas pelos recursos dos programas sociais PNRA e dos créditos do PRONAF nos assentamentos no plano local/regional, ainda persiste a precariedade da sua situação em termos de serviços de saúde, escola, infraestrutura, acesso a assistência técnica, etc, o que indica, uma insuficiente intervenção do Estado no processo de transformação fundiária .

Como no Brasil a maioria dos agricultores familiares está abaixo da linha da pobreza, a grande deficiência dos programas sociais de incentivo à agricultura familiar, é que eles só funcionam de forma eficaz para o extrato superior da agricultura familiar, já integrada ao mercado - pois tem um conjunto de recursos básicos que permitem a utilização dos instrumentos de mercado. As políticas públicas deveriam tratar a situação da maioria dos agricultores familiares com instrumentos de promoção de desenvolvimento, e não com intervenções tópicas, como ocorre hoje no próprio Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF.

Neste trabalho o que se buscou foi avaliar o impacto que tem os créditos dos Programa Nacional de Reforma Agrária e os créditos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF na renda domiciliar dos agricultores familiares assentados em Santa Rita, como forma de dar suporte a discussões que envolvam as políticas públicas e sociais que determinem prioridades para a alocação dos seus escassos recursos.

As estatísticas de teste, com 5% de nível de significância, para as variáveis em análise, considerando as diferentes amostras selecionadas na PNAD, no PRONAF-A e no Assentamento Santa Rita, revelaram que a renda média domiciliar mensal tanto para o PRONAF-A quanto para o Assentamento Santa Rita deve-se rejeitar a hipótese de que não ocorreu crescimento na média da renda domiciliar mensal.

Portanto, estatisticamente, ao nível de 5% de significância, o Assentamento Santa Rita teve resultado satisfatório no tocante ao incremento de renda dos indivíduos em virtude dos créditos dos Programas analisados nos anos de referência. Nos anos de estudo de Chefe do

domicílio, confirmou-se a hipótese de que houve aumento nos anos de estudo dos chefes de família apenas para os dados da PNAD, portanto, não deve ter havido crescimento dos anos de estudo dos chefes de família que receberam o auxílio dos Programas em Santa Rita.

Na comparação das médias amostrais das variáveis para um mesmo período, considerando amostras distintas de dados (PNAD, PRONAF-A e Santa Rita) verificou-se que, tanto para o ano de 2001, quanto para 2005, a média amostral do PRONAF-A, para a variável anos de estudo do Chefe de família, foi maior que a média amostral da PNAD. Deve-se ressaltar, também, que na variável Renda Domiciliar Mensal, apenas em 2005 verificou-se que a média do PRONAF-A foi maior que da PNAD.

Na comparação entre PRONAF-A e Santa Rita, considerando a Renda Domiciliar Mensal, não se afirmar que a média de Santa Rita foi maior que a do PRONAF-A, tanto em 2001, quanto em 2005. Entretanto, em relação aos anos de estudo do chefe da família, apenas em 2005, foi possível afirmar que a média de Santa Rita foi maior que a do PRONAF-A, entretanto, ainda, com uma diferença muito pequena.

Na comparação da PNAD e Santa Rita, quanto a variável renda domiciliar, tanto em 2001 quanto em 2005, não foi possível destacar, que a média de Santa Rita foi maior que a da PNAD. Apenas na variável anos de estudo do Chefe da família verificou-se, média maior para Santa Rita em relação à PNAD.

Certamente a contribuição deste trabalho foi a de evidenciar o papel que tem os créditos dos programas sociais referenciados e principalmente do PRONAF-A na melhoria da renda dos agricultores familiares assentados, estando aí implícito a busca de bem-estar e melhores condições de vida, econômico e social.

Com os resultados obtidos através dos testes estatísticos realizados, restou a confirmação de que há uma necessidade urgente de investimentos em educação, dada a precariedade em que vive a maioria dos agricultores familiares assentados. O governo através do programa social PRONERA (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária), que se encontra ainda expansão, está buscando reduzir o alto índice de analfabetismo rural, fato este que dificulta a compreensão e melhor desempenho de políticas públicas desenvolvidas dentro dos assentamentos. A destinação de recursos para educação do campo, neste sentido, precisa ser visto não como mais uma conta de despesa, mas sim de investimento num futuro

melhor, com maior possibilidade de escolhas que a educação pode proporcionar às famílias assentadas.

Esta observação é importante não só para o Gestor Público, mas também para o assentado, especialmente o agricultor familiar assentado que precisa ter uma maior preocupação quanto à sua participação na definição das políticas públicas e programas sociais que determinam o direcionamento dos gastos públicos, no estabelecimento de prioridades, e na exigência de eficácia na aplicação dos mesmos.

E isto pode se dar, no âmbito do assentamento Santa Rita, das mais diversas formas seja através do voto consciente, seja na participação política direta. O fato é que a ninguém é dado o direito de omissão numa questão tão importante quanto o bem-estar desta comunidade, especialmente quando os instrumentos de participação e poder estão tão próximos deles.

Dessa forma, mesmo com as conquistas já alcançadas por meio dos programas sociais PNRA e PRONAF, a falta de uma política governamental consistente para as áreas de assentamento, a falta de comprometimento dos mediadores e agentes do Estado, seja com a efetiva melhoria da qualidade de vida dos assentados, seja com a sustentabilidade de seus empreendimentos, associada com a fragilidade da organização e participação social dos assentados, dificultam o desenvolvimento das potencialidades existentes nos assentamentos, em especial no Assentamento Santa Rita, impedindo os assentados de encontrarem caminhos para implementar o desenvolvimento do assentamento em bases mais sustentáveis.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. O peso da intermediação bancária no PRONAF. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, abr. 2002. Análises e Perspectivas, p.A-3.
- ABRAMOVAY, R. e VEIGA, J.E. **Novas instituições para o desenvolvimento rural: o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)**. Texto paradiscussão no. 641. Convênio FIPE / IPEA 07/97, Brasília, 1998. Disponível em: <www.nead.gov.br>. Acesso em: 19 out. 2006.
- ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e serviço público: novos desafios para a extensão rural. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**, Brasília, v.15, n.1, 1998. Disponível em: <www.nead.gov.br>. Acesso em: 19 out. 2006.
- ABRAMOVAY, Ricardo e CARVALHO, José Juliano (1994) – “A objetividade do conhecimento nas ciências sociais: o caso dos assentamentos” - **Reforma Agrária** – Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária – nº 3, vol 24: 1994. Disponível em: <www.nead.gov.br>. Acesso em: 19 out. 2006.
- ABRAMOVAY, Ricardo. **Agricultura familiar e desenvolvimento territorial**. Relatório de Consultoria. IICA. Projeto: Bases para a Formulação da política Brasileira de Desenvolvimento Rural. Brasília, 1998. Disponível em: <www.nead.gov.br>. Acesso em: 19 out. 2006.
- BARROS, Ricardo. P.; MENDONÇA, Rosane; HENRIQUES, Ricardo (2000) – “Desigualdade e pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável” – **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 2000.
- BARROS, Ricardo Paes de; MENDONÇA, Rosane; HENRIQUES, Ricardo. **A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil**. Ipea, 2001 (Texto para Discussão).
- BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira; NORDER, Luiz Antonio Cabello. *O que são assentamentos rurais?* São Paulo, Brasiliense, 1996 (coleção Primeiros Passos)
- BUAINAIN, A. M., ROMEIRO, A. **A agricultura familiar no Brasil (agricultura familiar e sistemas de produção)**. Brasília: FAO/Incrá Projeto UTF/BRA/051/BRA, 2001. Disponível na Internet: www.nead.gov.br
- CARNEIRO, M. J. Política pública e agricultura familiar: uma leitura do PRONAF. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, 1998.
- CARNEIRO, Maria J. **Camponeses, agricultores e pluriatividade**. Rio de Janeiro, Contra Capa Livraria, 1998.
- CEPAC (Centro Piauiense de Ação Cultural). **Plano de Desenvolvimento Sustentável do Assentamento Santa Rita**. Teresina: CEPAC, 2001.
- DEERE, Carmen Diana. **Diferenças regionais na reforma agrária brasileira: gênero, direitos à terra e movimentos sociais rurais**. Em *Estudos Sociedade e Agricultura*. Rio de Janeiro, CPDA/UFRRJ, nº18, abril/2002.

DUQUE, Ghislaine (org.). **Agricultura familiar, meio ambiente desenvolvimento: ensaios e pesquisas em sociologia rural**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2002.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Trabalho e indivíduo social: um estudo sobre a condição operária na agroindústria canavieira paulista**. São Paulo, Cortez, 2001.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, anos 2001 e 2005**.

GOMES, Jaíra Maria Alcobaça. “**Renda, desigualdade e pobreza no estado do Piauí: anos 90**”. Revista Econômica do Nordeste, v. 30: 764-779, Fortaleza, dez. 1999.

GRAZIANO DA SILVA, José (1997) “O Novo Rural Brasileiro” in: Shigeo Shiki, José Graziano da Silva e Antonio César Ortega (orgs.) **Agricultura, Meio Ambiente e Sustentabilidade do Cerrado Brasileiro**, Uberlândia: CNPq-FAPEMIG, 1997.

GRAZIANO DA SILVA, José. **Casa, comida e trabalho: qual é a alternativa à reforma agrária?** Campinas, IE/Unicamp, 1996.

GRAZIANO DA SILVA, José. **O novo rural brasileiro**. Campinas: Unicamp, 1999.

GUANZIROLI, C.; ROMEIRO, A.; BUAINAIN, A. M.; DISABBATO, A.; BITENCOURT, G. **Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI**. Rio e Janeiro: Garamond. 2001.

GUANZIROLI, Carlos. E.; ROMEIRO, Ademar. R.; DISABBATO, A.; BUAINAIM, Antônio. M.; BITENCOURT, Gilson. A. **Agricultura Familiar e Reforma Agrária no Século XXI**. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2001.

GUANZIROLI, Carlos et alli. **Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

GUJARATI, D.N. **Econometria Básica**. Tradução: Ernesto Yoshida. São Paulo: Makron Books do Brasil, 2006.

HOLANDA, Francisco Urribam Xavier de. **Mudancismo e Conservadorismo no Ceará: O desenvolvimento Rural na era Jereissati (1986-2002)**. Fortaleza: Fundação Korad Adenauer, 2006.

KAMEYAMA, Nobuco. **A nova configuração das políticas sociais**. Em *Revista Praia Vermelha – Estudos de Política e Teoria Social*. Rio de Janeiro, UFRJ/PPGESS, nº5, 2001.

LEITE, S., HEREDIA, B., MEDEIROS, L., PALMEIRA, M., CINTRÃO, R. **Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro**. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural; São Paulo: Editora Unesp, 2004.. (Estudo NEAD, 6). www.nead.gov.br. Acesso em fev 2007.

LEITE, S., MEDEIROS, L. S. Política agrária – marchas e contra-marchas na política agrária. In: ROCHA, D., BERNARDO, M. (Orgs.). **A era FHC e o governo Lula: transição?**. Brasília: Instituto de Estudos Sócio Econômicos, 2004. Disponível na Internet: <http://www.daterra.org.br/>

LEITE, Sérgio. **Assentamentos rurais**: um balanço da experiência brasileira. In: Seminário Reforma Agrária e Democracia: A Perspectiva das Sociedades Cívicas. Rio de Janeiro, 1998. Disponível na Internet: <http://www.daterra.org.br/>

LEITE, Sérgio. **Impactos regionais dos assentamentos**. Fortaleza: Seminário sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Sustentável, 1998. Disponível na Internet: <http://www.dataterra.org.br/Semce/Birdtexto.htm>. Online.

LOPES, E. S. A. **Assentamentos Rurais e Desenvolvimento Local: dimensões econômicas e sócio-políticas e redes sociais no campo sergipano**. Aracajú, 2001.

LOPES, Eliano Sérgio Azevedo; MOTA, Dalva Maria da; SILVA, Tânia Elias Magno da (org.). **Ensaio – Desenvolvimento rural e transformações na agricultura**. Sergipe: Embrapa Tabuleiros Costeiros/ Universidade Federal de Sergipe, 2002.

MARTINS, J. S. O sujeito da reforma agrária (estudo comparativo de cinco assentamentos). In: MARTINS, J. S. (Coord.). **Travessias – a vivência da reforma agrária nos assentamentos**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

MEDEIROS, L. S. de. **Reforma agrária no Brasil: história e atualidade da luta pela terra**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

MEDEIROS, Leonilde S. e LEITE, Sérgio, orgs. (2004) – **Assentamentos rurais – Mudança Social e Dinâmica Regional** – Mauad – Rio de Janeiro.

MORETTIN, Pedro A; BUSSAB, Wilton do O. **Estatística Básica**. São Paulo: Saraiva, 5 ed, 2002.

NEDER, Henrique D.; BUAINAIN, Antonio M.; SILVEIRA, José M.; SOUZA, Hildo M.;

MAGALHÃES, Marcelo (2005) – “**Determinantes da renda no Programa Cédula da Terra**”-. In: XLIII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural - SOBER -24 a 27/07, Ribeirão Preto, 2005.

NETTO, José Paulo. **Crise do socialismo e ofensiva neoliberal**. 2ª ed. São Paulo, Cortez, 1995.

SILVA JUNIOR, Luiz Honorato da. **Pobreza da população rural nordestina: análise de suas características durante os anos noventa**. Rio de Janeiro: BNDES, 2006. Dissertação (Mestrado) – UFPE, 2006. Premiada em 2º lugar no 28º Prêmio BNDES de Economia, realizado em 2005/2006.

SPAROVEK, Gerd – **A qualidade dos assentamentos da reforma agrária brasileira** – USP/MDA/FAO – Brasília, 2003. Disponível em: <www.nead.org.br>. Acesso em: 13 jun. 2006.

TEDESCO, J. C. **Terra, trabalho e família** – racionalidade produtiva e *ethos* camponês. Passo Fundo: EDIUPF, 1999.

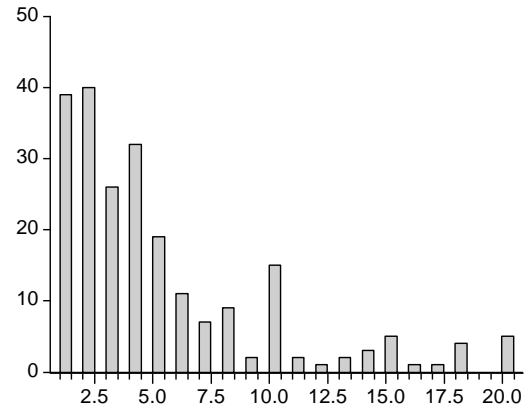
VEIGA, J. E. Agricultura familiar e sustentabilidade. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v.13, n.3, 1996. Disponível em: <www.nead.org.br>. Acesso em: 7 fev. 2007.

VEIGA, José Eli da. **Pobreza rural, distribuição da riqueza e crescimento**: a experiência brasileira. 2004. Disponível em: <www.nead.org.br>. Acesso em: 7 fev. 2007.

WANDERLEY, M. DE N. B. **O Brasil: agricultura familiar ou latifúndio?**
In:LAMARCHE, H. (Coord.) *Agricultura familiar*: comparação internacional – do mito à realidade. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1998. v. 2.

APÊNDICES

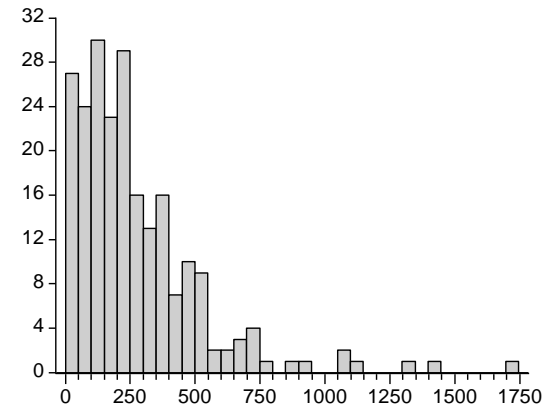
APÊNDICE A - PNAD 2001



Área Cultivada
Sample 1 224
Observations 224

Mean 5.165179
Median 4.000000
Maximum 20.00000
Minimum 1.000000
Std. Dev. 4.590343
Skewness 1.574046
Kurtosis 4.939397

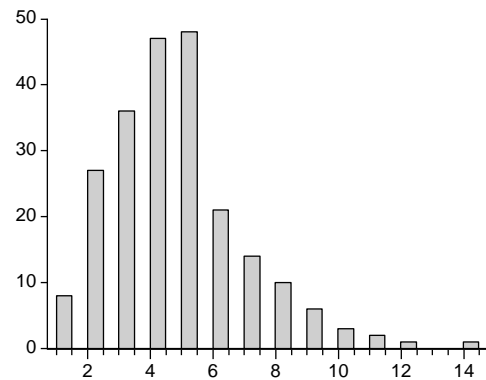
Jarque-Bera 127.6029
Probability 0.000000



Renda Domiciliar Mensal
Sample 1 224
Observations 224

Mean 272.3214
Median 212.5000
Maximum 1730.000
Minimum 0.000000
Std. Dev. 253.0917
Skewness 2.296749
Kurtosis 10.77595

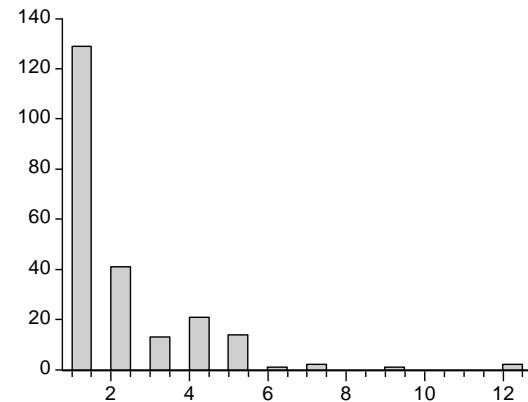
Jarque-Bera 761.2786
Probability 0.000000



Número de Membros na Família
Sample 1 224
Observations 224

Mean 4.616071
Median 4.000000
Maximum 14.00000
Minimum 1.000000
Std. Dev. 2.189439
Skewness 0.999432
Kurtosis 4.608883

Jarque-Bera 61.45032
Probability 0.000000

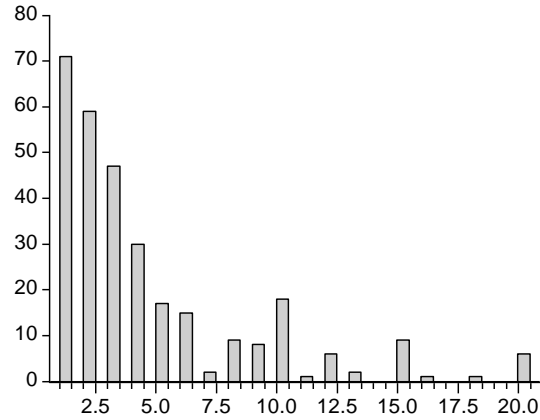


Anos de Estudo do Titular
Sample 1 224
Observations 224

Mean 2.040179
Median 1.000000
Maximum 12.00000
Minimum 1.000000
Std. Dev. 1.728991
Skewness 2.614380
Kurtosis 12.61585

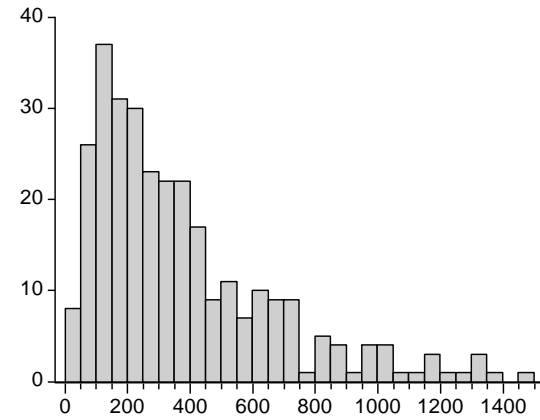
Jarque-Bera 1118.176
Probability 0.000000

APÊNDICE B - PNAD 2005



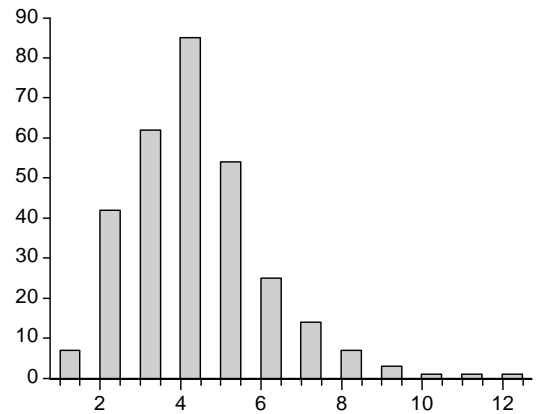
Área Cultivada
 Sample 1 302
 Observations 302

Mean	4.506623
Median	3.000000
Maximum	20.00000
Minimum	1.000000
Std. Dev.	4.271316
Skewness	1.739479
Kurtosis	5.718315
Jarque-Bera	245.2792
Probability	0.000000



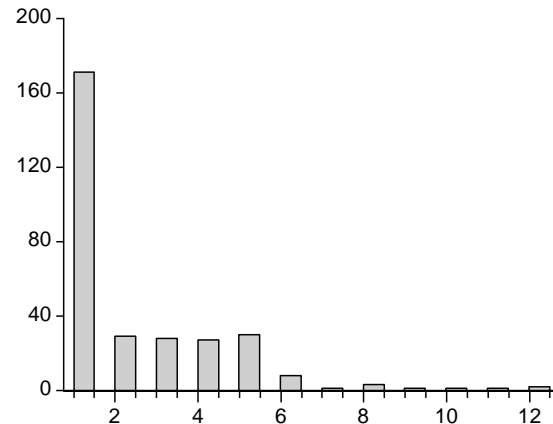
Renda Domiciliar Mensal
 Sample 1 302
 Observations 302

Mean	371.0132
Median	279.0000
Maximum	1485.000
Minimum	0.000000
Std. Dev.	294.0184
Skewness	1.396217
Kurtosis	4.698533
Jarque-Bera	134.4239
Probability	0.000000



Número de Membros na Família
 Sample 1 302
 Observations 302

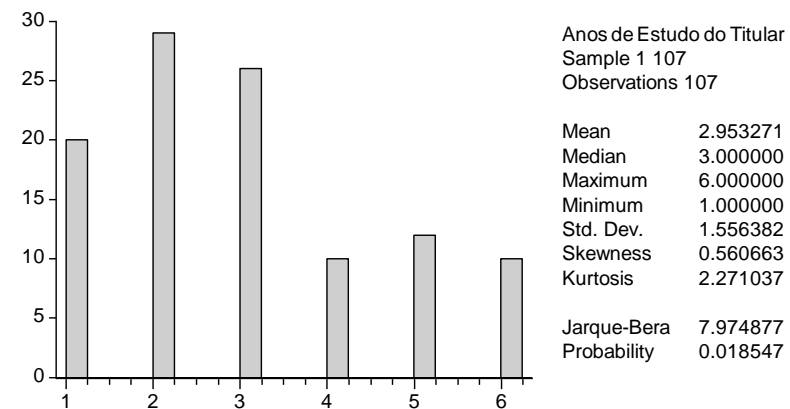
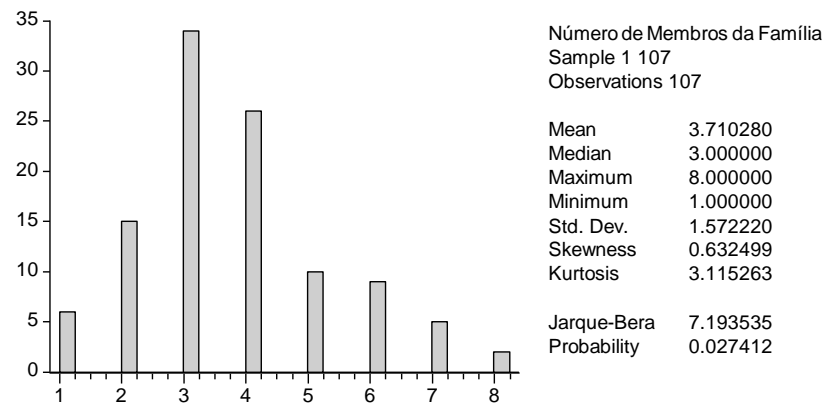
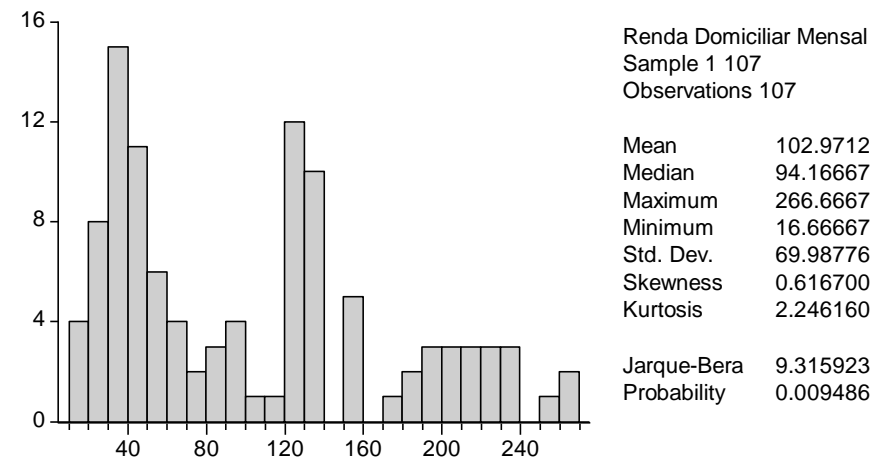
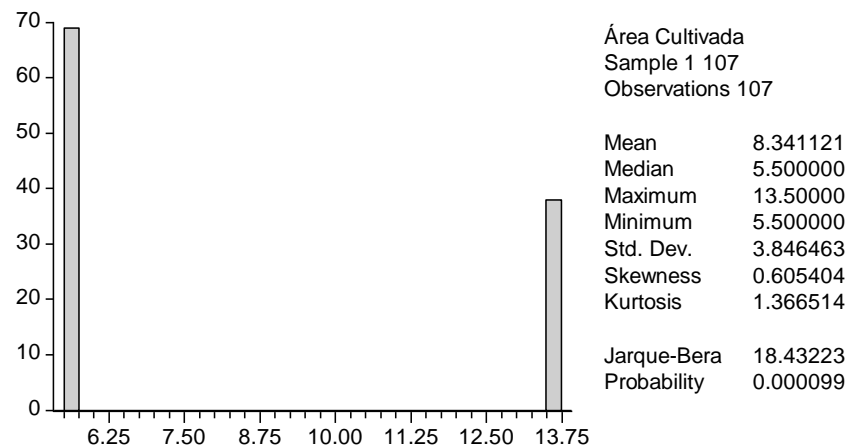
Mean	4.142384
Median	4.000000
Maximum	12.00000
Minimum	1.000000
Std. Dev.	1.731933
Skewness	0.994446
Kurtosis	4.947535
Jarque-Bera	97.50301
Probability	0.000000



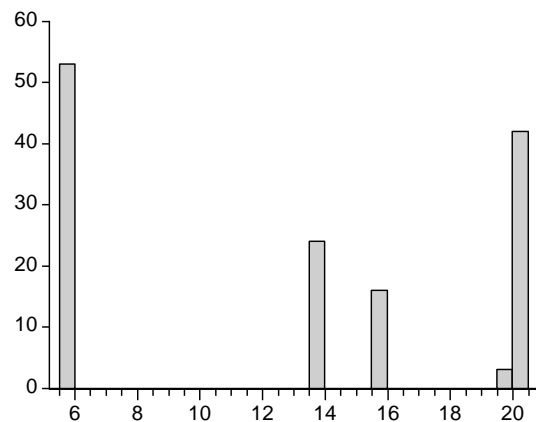
Anos de Estudo do Titular
 Sample 1 302
 Observations 302

Mean	2.331126
Median	1.000000
Maximum	12.00000
Minimum	1.000000
Std. Dev.	1.995749
Skewness	1.904827
Kurtosis	7.534826
Jarque-Bera	441.3996
Probability	0.000000

APÊNDICE C - PRONAF 2001



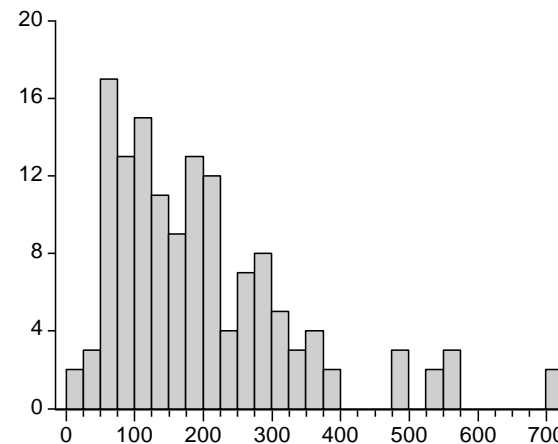
APÊNDICE D - PRONAF 2005



Área Cultivada
Sample 1 138
Observations 138

Mean 12.77464
Median 13.50000
Maximum 20.00000
Minimum 5.500000
Std. Dev. 6.206284
Skewness -0.097691
Kurtosis 1.343491

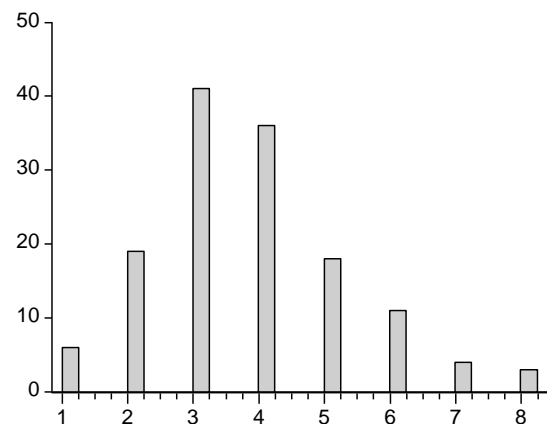
Jarque-Bera 15.99764
Probability 0.000336



Renda Domiciliar Mensal
Sample 1 138
Observations 138

Mean 198.5658
Median 155.8333
Maximum 700.0000
Minimum 16.66667
Std. Dev. 136.0195
Skewness 1.430922
Kurtosis 5.177334

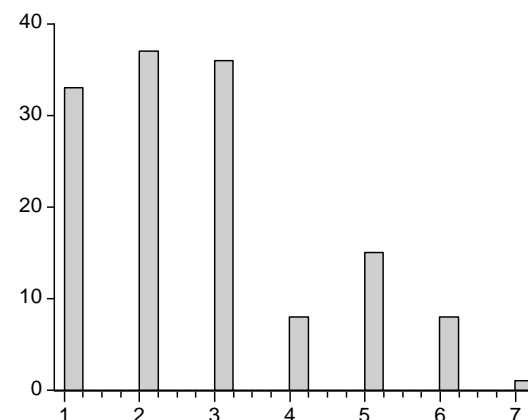
Jarque-Bera 74.35285
Probability 0.000000



Número de Membros na Família
Sample 1 138
Observations 138

Mean 3.760870
Median 4.000000
Maximum 8.000000
Minimum 1.000000
Std. Dev. 1.502088
Skewness 0.593656
Kurtosis 3.283165

Jarque-Bera 8.566878
Probability 0.013795

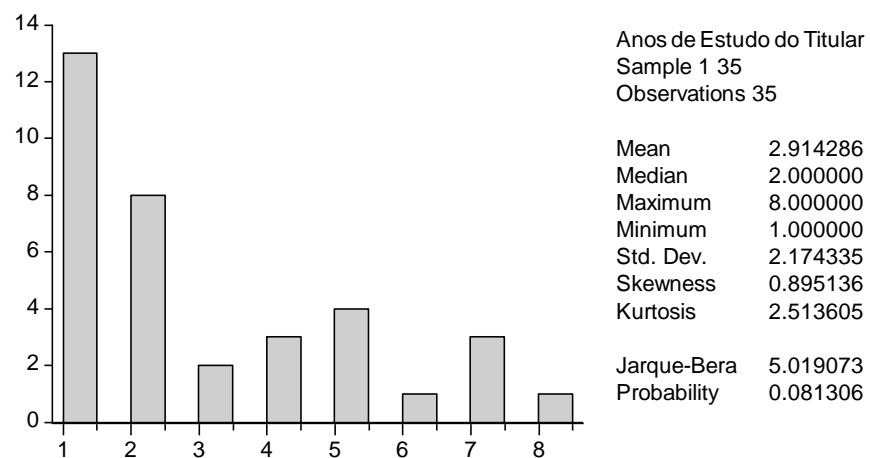
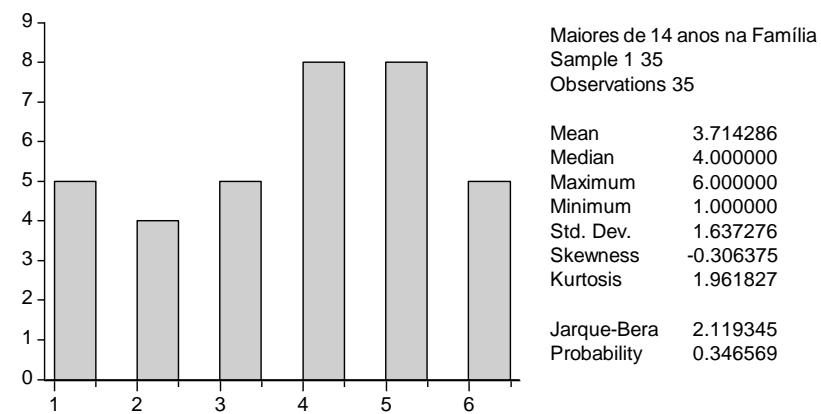
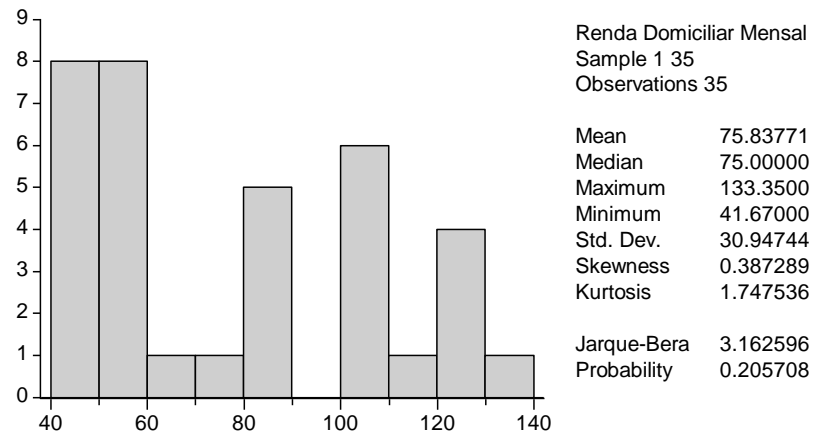


Anos de Estudo do Titular
Sample 1 138
Observations 138

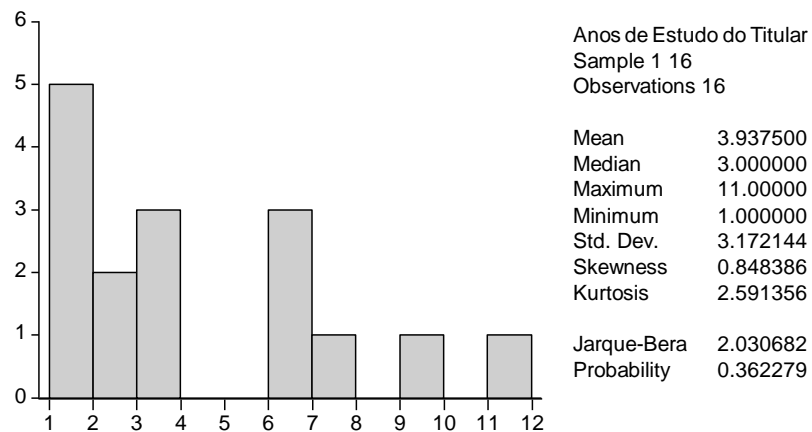
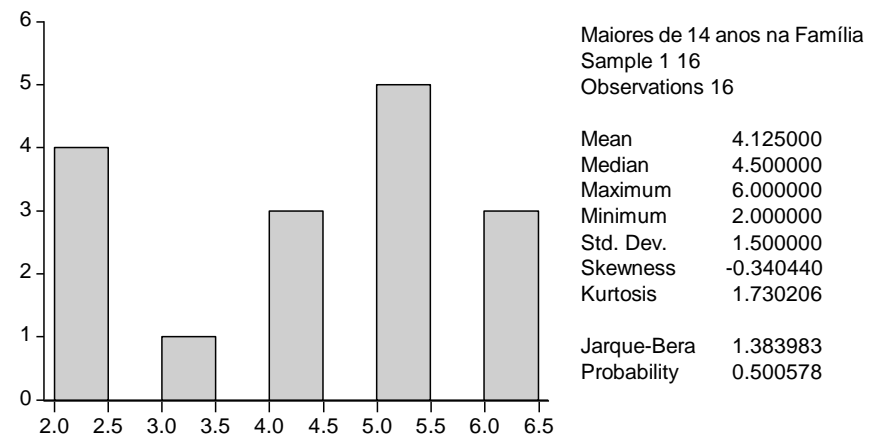
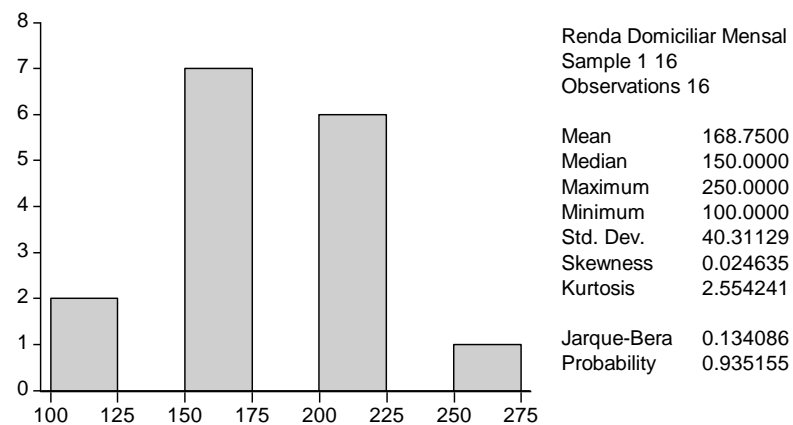
Mean 2.731884
Median 2.000000
Maximum 7.000000
Minimum 1.000000
Std. Dev. 1.516526
Skewness 0.762654
Kurtosis 2.738159

Jarque-Bera 13.77196
Probability 0.001022

APÊNDICE E - SANTA RITA 2001

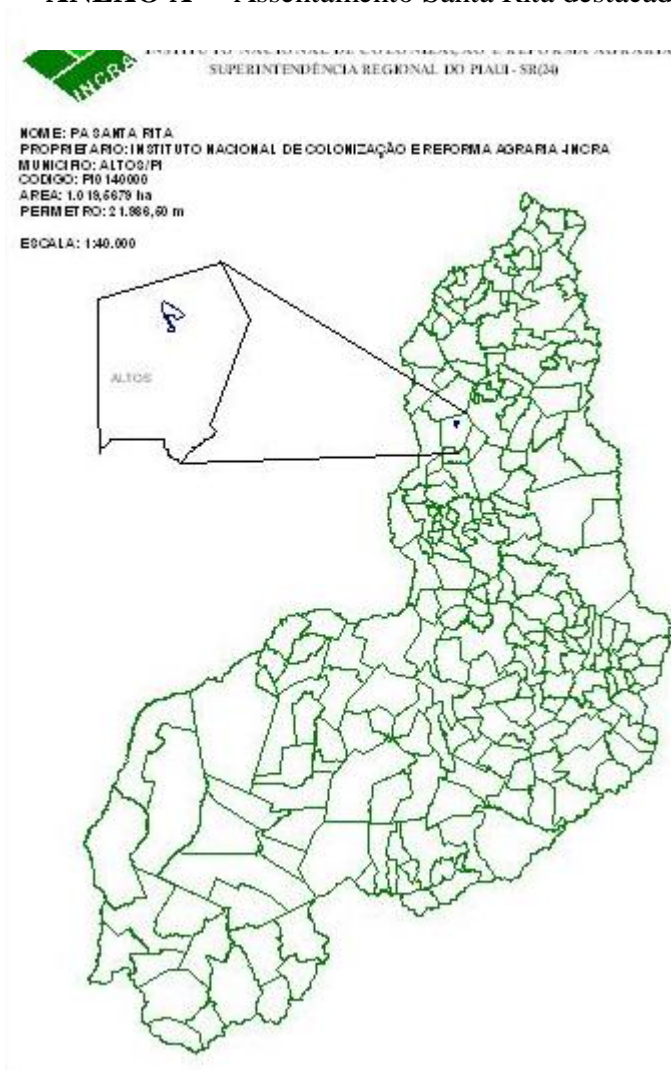


APÊNDICE F - SANTA RITA 2005



ANEXOS

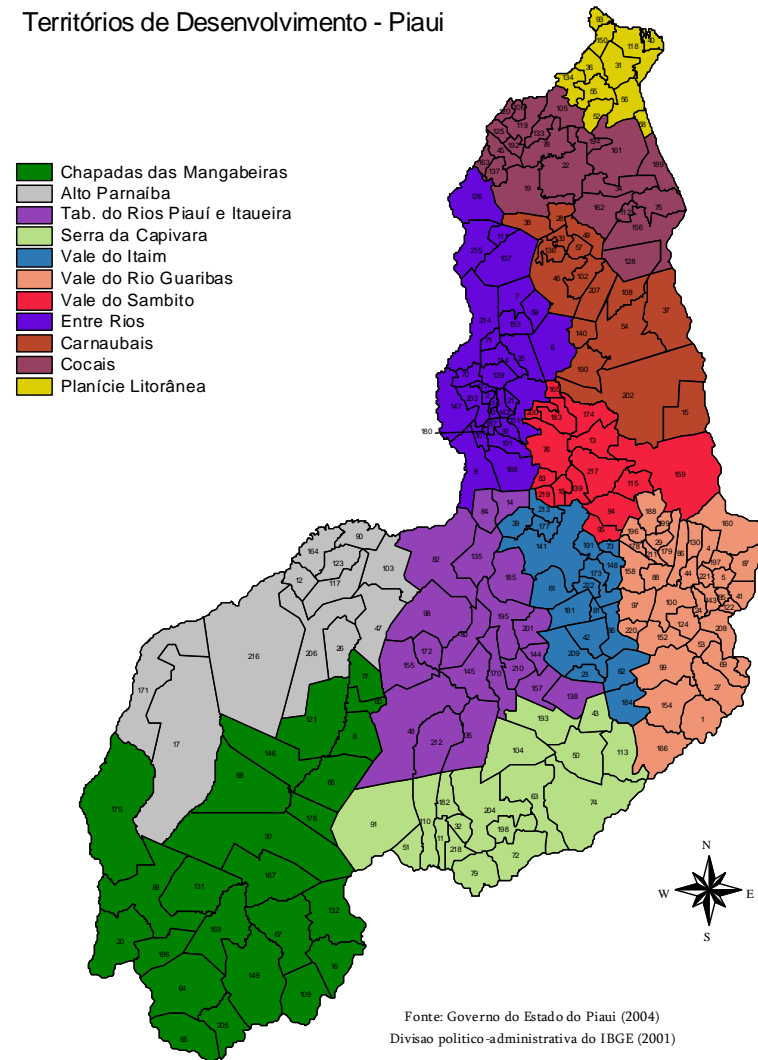
ANEXO A – Assentamento Santa Rita destacado com o município de Altos - Piauí



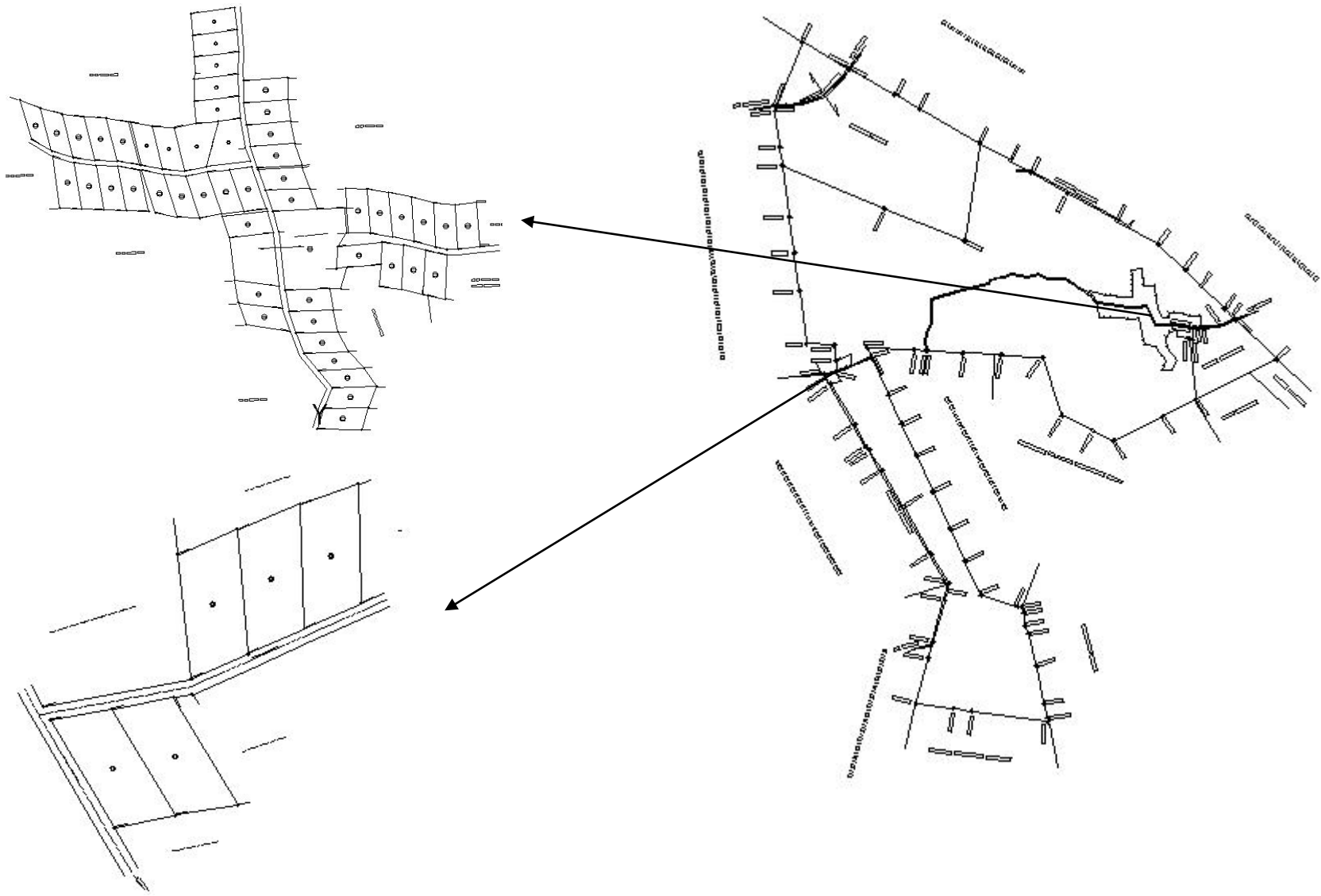
ANEXO B – Territórios de Desenvolvimento do Piauí - 2004

1 - Acauã	91 - Guaribas	181 - Santo Inácio do Piauí
2 - Agricolândia	92 - Hugo Napoleão	182 - São Braz do Piauí
3 - Água Branca	93 - Ilha Grande	183 - São Félix do Piauí
4 - Alagoinha do Piauí	94 - Inhuma	184 - São Francisco de Assis do Piauí
5 - Alegrete do Piauí	95 - Ipiranga do Piauí	185 - São Francisco do Piauí
6 - Alto Longá	96 - Isaías Coelho	186 - São Gonçalo do Gurguéia
7 - Altos	97 - Itainópolis	187 - São Gonçalo do Piauí
8 - Alvorada do Gurguéia	98 - Itaueira	188 - São João da Canabrava
9 - Amarante	99 - Jacobina do Piauí	189 - São João da Fronteira
10 - Angical do Piauí	100 - Jaicós	190 - São João da Serra
11 - Anísio de Abreu	101 - Jardim do Mulato	191 - São João da Varjota
12 - Antônio Almeida	102 - Jatobá do Piauí	192 - São João do Arraial
13 - Aroazes	103 - Jerumenha	193 - São João do Piauí
14 - Arraial	104 - João Costa	194 - São José do Divino
15 - Assunção do Piauí	105 - Joaquim Pires	195 - São José do Peixe
16 - Avelino Lopes	106 - Joca Marques	196 - São José do Piauí
17 - Baixa Grande do Ribeiro	107 - José de Freitas	197 - São Julião
18 - Barra D'Alcântara	108 - Juazeiro do Piauí	198 - São Lourenço do Piauí
19 - Barras	109 - Júlio Borges	199 - São Luís do Piauí
20 - Barreiras do Piauí	110 - Jurema	200 - São Miguel da Baixa Grande
21 - Barro Duro	111 - Lagoa Alegre	201 - São Miguel do Fidalgo
22 - Batalha	112 - Lagoa de São Francisco	202 - São Miguel do Tapuio
23 - Bela Vista do Piauí	113 - Lagoa do Barro do Piauí	203 - São Pedro do Piauí
24 - Belém do Piauí	114 - Lagoa do Piauí	204 - São Raimundo Nonato
25 - Beneditinos	115 - Lagoa do Silio	205 - Sebastião Barros
26 - Bertolínia	116 - Lagoinha do Piauí	206 - Sebastião Leal
27 - Betânia do Piauí	117 - Landri Sales	207 - Sigefredo Pacheco
28 - Boa Hora	118 - Luís Correia	208 - Simões
29 - Bocaína	119 - Luzilândia	209 - Simplicio Mendes
30 - Bom Jesus	120 - Madeiro	210 - Socorro do Piauí
31 - Bom Princípio do Piauí	121 - Manoel Emídio	211 - Susupara
32 - Bonfim do Piauí	122 - Marcolândia	212 - Tamboril do Piauí
33 - Boqueirão do Piauí	123 - Marcos Parente	213 - Tanque do Piauí
34 - Brasileira	124 - Massape do Piauí	214 - Teresina
35 - Brejo do Piauí	125 - Matias Olimpio	215 - União
36 - Buriti dos Lopes	126 - Miguel Alves	216 - Uruçuí
37 - Buriti dos Montes	127 - Miguel Leão	217 - Valença do Piauí
38 - Cabeceiras do Piauí	128 - Milton Brandão	218 - Várzea Branca
39 - Cajazeiras do Piauí	129 - Monsenhor Gil	219 - Várzea Grande
40 - Cajueiro da Praia	130 - Monsenhor Hipólito	220 - Vera Mendes
41 - Caldeirão Grande do Piauí	131 - Monte Alegre do Piauí	221 - Vila Nova do Piauí
42 - Campainas do Piauí	132 - Morro Cabeça no Tempo	222 - Wall Ferraz
43 - Campo Alegre do Fidalgo	133 - Morro do Chapéu do Piauí	
44 - Campo Grande do Piauí	134 - Murici dos Portelas	
45 - Campo Largo do Piauí	135 - Nazaré do Piauí	
46 - Campo Maior	136 - Nossa Senhora de Nazaré	
47 - Canavieira	137 - Nossa Senhora dos Remédios	
48 - Canto do Buriti	138 - Nova Santa Rita	
49 - Capitão de Campos	139 - Novo Oriente do Piauí	
50 - Capitão Gervásio de Oliveira	140 - Novo Santo Antônio	
51 - Caracol	141 - Oeiras	
52 - Caraubas do Piauí	142 - Olho D'gua do Piauí	
53 - Caridade do Piauí	143 - Padre Marcos	
54 - Castelo do Piauí	144 - Paes Landim	
55 - Caxingó	145 - Pajeú do Piauí	
56 - Cocal	146 - Palmeira do Piauí	
57 - Cocal de Telha	147 - Palmeirais	
58 - Cocal dos Alves	148 - Paquetá	
59 - Coivaras	149 - Parnaíba	
60 - Colônia do Gurguéia	150 - Parnaíba	
61 - Colônia do Piauí	151 - Passagem Franca do Piauí	
62 - Conceição do Canindé	152 - Patos do Piauí	
63 - Coronel José Dias	153 - Pau D'Arco do Piauí	
64 - Corrente	154 - Paulistana	
65 - Cristalândia do Piauí	155 - Pavussu	
66 - Cristiano Castro	156 - Pedro II	
67 - Curimatá	157 - Pedro Laurentino	
68 - Currais	158 - Picos	
69 - Curral Novo do Piauí	159 - Pimenteiras	
70 - Curralinhos	160 - Pio IX	
71 - Demerval Lobão	161 - Piraçuçu	
72 - Dirceu Arcoverde	162 - Piripiri	
73 - Dom Expedito Lopes	163 - Porto	
74 - Dom Inocêncio	164 - Porto Alegre do Piauí	
75 - Domingos Mourão	165 - Prata do Piauí	
76 - Elesbão Veioso	166 - Queimada Nova	
77 - Eliseu Martins	167 - Redenção do Gurguéia	
78 - Esperantina	168 - Regeneração	
79 - Fátura do Piauí	169 - Riacho Frio	
80 - Flores do Piauí	170 - Ribeira do Piauí	
81 - Floresta do Piauí	171 - Ribeiro Gonçalves	
82 - Floriano	172 - Rio Grande do Piauí	
83 - Francinópolis	173 - Santa Cruz do Piauí	
84 - Francisco Ayres	174 - Santa Cruz dos Milagres	
85 - Francisco Macedo	175 - Santa Filomena	
86 - Francisco Santos	176 - Santa Luz	
87 - Fronteiras	177 - Santa Rosa do Piauí	
88 - Geminiano	178 - Santana do Piauí	
89 - Gilbués	179 - Santo Antônio de Lisboa	
90 - Guadalupe	180 - Santo Antônio dos Milagres	

Territórios de Desenvolvimento - Piauí



Fonte: Governo do Estado do Piauí (2004)
Divisão político-administrativa do IBGE (2001)



ANEXO D – Mapa de uso da terra – Santa Rita.

